

INQUISIÇÃO DOS NOVOS TEMPOS: A CORROSIVA CULTURA DO CANCELAMENTO E O 'WOKISMO' //PÁG. 23

Folha Nacional

JANEIRO DE 2023 | TRIMESTRAL | ANO 1 | 2ª EDIÇÃO | 1,00€ CONT. (PVP C/ IVA)

www.folhanacional.pt

REVISÃO CONSTITUCIONAL

O que define e o que distancia o Sistema e o Regime?

por Tânger-Correa //PÁG. 17



GOVERNO EM MUDANÇA

João Galamba: O novo ministro que é muito amigo de José Sócrates

//PÁG. 10



O DEPUTADO EXPLICA

A TAP é mais um sorvedouro do dinheiro público

por Filipe Melo //PÁG. 9



IMPUNIDADE

CATARINA E MARIANA

ESCAPAM À JUSTIÇA COM A AJUDA DO PARLAMENTO

CATARINA MARTINS RECUSOU O LEVANTAMENTO DA SUA IMUNIDADE PARLAMENTAR

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA IMPEDIU QUE CATARINA MARTINS FOSSE CONSTITUÍDA ARGUIDA

// PÁG. 04



GRANDE ENTREVISTA

André Ventura

"O CHEGA jamais governará com partidos que

vendem a nacionalidade portuguesa"

//PÁG. 12



HERÓIS DE PORTUGAL

Guerra do Ultramar

Quando é que vão pedir desculpa a Portugal?

Germano e João combateram na Guerra do Ultramar e trouxeram consigo traumas que nunca os largaram em toda a vida. Quem é que lhes pediu desculpa? Ninguém!

//PÁG. 18



sumário



Convenção do CHEGA mostra partido pronto para governar

// pág. 03



Portugueses com mais despesas e com menos dinheiro nos bolsos

// pág. 07



A TAP e a magia (negra) de fazer voar o dinheiro dos contribuintes

// pág. 08



Portugal precisa de uma Constituição da República para o século XXI

// pág. 16



Imigração descontrolada já faz soar os alarmes em Portugal

// pág. 22



Bento XVI foi um Papa “humilde” e “generoso”

// pág. 28

editorial

Um governo em decomposição acelerada

O estado de degradação a que o Governo chegou, apenas um ano após a tomada de posse, é sintomático de que esta legislatura pode não ter condições para chegar ao fim. Isto, apesar de contar com uma maioria absoluta, apoiada pelo Partido Socialista.

Direção do **Folha Nacional**

A quantidade de casos que têm assolado a governação sucedem-se a uma velocidade vertiginosa e têm provocado danos na imagem do executivo. É o que dizem as sondagens, que agora colocam o PSD à frente do PS e dão uma maioria de direita em conjunto com o CHEGA. Mas olhemos com mais detalhe para alguns destes vários ‘casos e casinhos’. O ‘pontapé de saída’ foi dado por Pedro Nuno Santos, ainda como Ministro das Infraestruturas, que decidiu, à revelia do primeiro-ministro, avançar com a localização do novo aeroporto para os concelhos do Montijo e Alcochete. Esta situação caricata, e digna de novela mexicana, motivou uma moção de censura apresentada pelo CHEGA e terminou com um pedido de desculpa do ministro ao primeiro-ministro, por ter falhado na articulação com este último, assumindo que foi “uma falha relevante”, mas mantendo-se em funções. António Costa revogou o despacho do seu ministro, mas, a parti daqui, estava visto que Pedro Nuno Santos tinha morrido politicamente dentro do Governo. Em novembro, foi a vez da demissão do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, Miguel Alves, depois de se saber que foi acusado do crime de prevaricação pelo Ministério Público (MP) no âmbito de um processo que nasceu da Operação Teia. Seguiu-se o caso Alexandra Reis após ser conhecido que tinha recebido uma indemnização no valor de 500 mil euros por sair antecipadamente do cargo de administradora executiva da TAP, quando ainda tinha de cumprir funções durante dois anos. Meses depois, foi nomeada pelo Governo para a presidência da Navegação Aérea de Portugal (NAV). O caso ficou de tal forma insustentável que levou à demissão da secretária de Estado pelo Ministro das Finanças, Fernando Medina. Recorde-se que este caso levou também à demissão do ministro Pedro Nuno Santos, por ter conhecimento dos valores em causa. Dias depois foi a secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves,

que apresentou a demissão, após ser conhecido que tinha várias contas bancárias arrestadas, no âmbito de uma investigação que envolve o seu marido e antigo presidente da Câmara de Vinhais. Foi demitida em direto, 24 horas depois de ter tomado posse, pelo Presidente da República, que afirmou que ter “uma ligação familiar próxima com alguém que é acusado num processo de uma determinada natureza criminal à partida tem uma limitação política”. Mas também há casos no que se encontram em ‘banho-maria’ e que podem explodir a qualquer momento.

É o caso de Fernando Medina, outro peso pesado do executivo, que está sobre a mira da justiça, com a Polícia Judiciária a realizar buscas na Câmara de Lisboa por “suspeitas de corrupção, participação económica em negócio e falsificação”, durante o seu mandato na Câmara de Lisboa. O agora Ministro das Finanças terá assinado uma nomeação para “prestação de serviços em 2015” que está sob suspeita.

E também o de João Cravinho. Enquanto ministro da Defesa, está envolvido no caso da derrapagem do hospital Militar de Belém, cujas obras começaram por estar orçamentadas em 700 mil euros e acabaram por custar 3,2 milhões de euros. Este processo levou inclusivamente à detenção de Alberto Coelho, ex-diretor-geral de Recursos de Defesa Nacional, considerado suspeito de corrupção e branqueamento. Já depois de saber que o seu diretor-geral estava a ser investigado, Cravinho não só não pediu um inquérito ou processo disciplinar a Alberto Coelho, como acabou por nomeá-lo para uma empresa pública com um salário mais elevado.

Por fim o da ministra da Agricultura, que vai de caso em caso. Já depois da demissão da sua secretária de Estado, Carla Alves, sabe-se agora que nomeou uma subdiretora-geral da Direção-Geral de Veterinária que tinha sido condenada a dois anos e três meses de pena suspensa.

É este o currículo de um Governo de maioria, há um ano em funções. Será que se aguenta? Tudo leva a crer que o país se deve preparar para eleições a breve trecho.

Impunidade: Parlamento 'safa' deputadas do BE de enfrentarem a justiça //pág. 04

Duplo Critério: Há os deputados e há os deputados do partido CHEGA //pág. 06

Opinião: Tribunais para quê? Quem manda são os deputados! //pág. 06

03 política nacional

“Vamos fazer do CHEGA o maior partido de Portugal”

Foi desta forma que André Ventura encerrou, no passado domingo, a V Convenção Nacional do Partido CHEGA que decorreu nos dias 27, 28 e 29 de janeiro em Santarém e que contou com a presença de vários líderes políticos europeus.



© Partido CHEGA

Numa Convenção que contou com cerca de 800 participantes, entre delegados e observadores, a que se somaram várias dezenas de jornalistas e também líderes políticos nacionais e internacionais, a palavra de ordem foi “governo” e o aviso foi feito. No discurso que abriu os trabalhos, na sexta-feira, André Ventura destacou a consolidação do CHEGA! como a terceira força política em Portugal, com as últimas sondagens a darem 14,2% das intenções de voto, naquele que é o melhor resultado de sempre do partido que está prestes a celebrar o seu quarto aniversário. De referir que não é apenas o partido que

cresce nas sondagens de opinião junto dos portugueses: André Ventura é também, segundo as últimas projeções, o principal líder da oposição e da direita em Portugal. Estes resultados são fruto do trabalho que foi desenvolvido pela liderança e pela Direção do partido, em conjunto com o grupo parlamentar, e foi com este mote que André Ventura pediu aos delegados presentes para renovarem a confiança no seu mandato de presidente. Já no sábado, foram apresentados os resultados da votação, e a moção de candidatura proposta por André Ventura (Um governo sem corrupção para Portugal), obteve 98,3% dos votos, um dos

melhores resultados já obtidos pelo líder do partido. Antes, foram vários os delegados que subiram ao palco para apresentarem moções políticas sobre temas como água, lítio, habitação, autarquias, entre muitos outros, mostrando, desta forma, um partido preocupado com os mais variados temas que afetam os portugueses no seu dia-a-dia e mostrando, acima de tudo, maturidade por parte de todos os presentes e do partido como um todo. O dia da consagração foi domingo. A Direção Nacional proposta por André Ventura foi aprovada com 91,4%, o que representa a maior taxa de aprovação já alcan-

çada na história do partido.

A importância que o CHEGA representa no panorama político europeu ficou bem patente com a presença de líderes políticos internacionais que se deslocaram a Santarém: Rocío Monasterio (Presidente do VOX Madrid, Espanha), Tino Chrupalla (Presidente do AfD, Alemanha), Cláudiu Tarziu (Presidente do AUR, Roménia), Boris Kollar (Presidente do SME Rodina, Eslováquia), Tom van Grieken (Presidente do Vlaams Belang, Flandres), Geert Wilders (Presidente do PVV, dos Países Baixos) e Jordan Bardella (Presidente do Rassemblement National, França).

Todos eles subiram ao palco e defenderam ideais que o CHEGA também defende: a família, o controlo da imigração, a proteção das fronteiras, a dignidade do ser humano, os valores judaico-cristãos da sociedade ocidental. O apoio ficou notório, não apenas na presença, mas também nas palavras: “No final, ganharemos”, disse Rocío Monasterio, presidente do VOX Madrid. E muitos foram os que terminaram os seus discursos com “Viva André Ventura”, “Viva Portugal” e até houve referências ao fundador do nosso país, D. Afonso Henriques.

A André Ventura coube encerrar a convenção. No seu último discurso daquele fim-de-semana, o Presidente do CHEGA foi perentório: o partido quer conquistar uma presença de relevo no Parlamento Regional da Madeira já em setembro para, de seguida, rumar ao Governo de Portugal.

“Este partido não nasceu para protestar”, disse, garantindo que o CHEGA “não nasceu só para conquistar ruas, para ter 15% ou 20% nas sondagens, para ter o terceiro maior grupo parlamentar ou o segundo”.

“Este partido nasceu com um único objetivo: honrar esta bandeira e governar Portugal”, afirmou, garantindo: “Vamos lutar rua a rua, terra a terra deste país, até sermos Governo de Portugal e venceremos o Governo de António Costa”.

“António Costa já chegou ao fim!”, terminou, levando a uma euforia generalizada na sala enquanto se ouvia “CHEGA” e “André Ventura”.

Reveja o discurso de encerramento do Presidente André Ventura



por **Folha Nacional**

IMPUN

CATARINA E MARIANA ESCAPAM À JUSTIÇA COM A AJUDA DO PARLAMENTO

O Parlamento está decidido a proteger o Bloco de Esquerda de enfrentar a justiça. Catarina Martins, deputada do Bloco de Esquerda, recusou o levantamento da sua imunidade parlamentar. Comissão de Transparência impediu que Catarina Martins fosse constituída arguida.

por **Folha Nacional**

Desta feita foi Catarina Martins que se recusou a que fosse levantada a sua imunidade parlamentar e a quem a Assembleia da República protegeu, negando também que a mesma fosse levantada na sequência de um processo judicial movido pelo Partido CHEGA por difamação caluniosa agravada. O parecer que a deputada Isabel Moreira elaborou sobre o caso na Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados alega que as “declarações da bloquista que motivaram o processo foram proferidas no contexto de confronto político-partidário, pelo que o levantamento da imunidade parlamentar poderia limitar o exercício do mandato parlamentar.” Este parecer foi votado na quarta-feira, dia 1 de fevereiro, na Comissão de Transparência e teve

os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e BE. O CHEGA foi, assim, o único partido que votou contra. Recorde-se que Catarina Martins, na noite eleitoral das legislativas do ano passado, acusou os 12 deputados eleitos pelo CHEGA de serem “racistas”, difamação essa que levou o grupo parlamentar do partido a interpor uma ação judicial por difamação à deputada coordenadora do Bloco de Esquerda. Ora, após a divulgação dos resultados das eleições legislativas de 2022, na habitual conferência de imprensa para toda a comunicação social onde comentava os resultados eleitorais, Catarina Martins proferiu as seguintes palavras: “Este é também um mau resultado, por causa do resultado que teve a extrema-direita e o CHEGA e devemos abordar isso com clareza. É verdade que o CHEGA teve um

resultado que fica aquém do resultado que teve André Ventura nas eleições presidenciais, mas cada deputado racista eleito no Parlamento português é um deputado racista a mais e cá estaremos para os combater todos os dias.” Como se pode ler na ação interposta pelo CHEGA, e a que o Folha nacional teve

As “declarações da bloquista que motivaram o processo foram proferidas no contexto de confronto político-partidário, pelo que o levantamento da imunidade parlamentar poderia limitar o exercício do mandato parlamentar.”

Isabel Moreira,
deputada do PS

acesso, Catarina Martins, “apelidou intencionalmente de ‘racistas’ todos os deputados que naquele sufrágio foram eleitos pelo partido CHEGA”, pelo que, “acusar

um indivíduo de racismo é deneigrar brutalmente a sua imagem, a sua credibilidade e o seu carácter.” No mesmo documento acrescenta-se ainda que “tanto quanto se saiba, nenhum dos aqui queixosos alguma vez proferiu qualquer declaração ou intervenção em que afirmou, defendeu, ou sustentou a superioridade de certas raças ou o direito dessas raças dominarem, ou mesmo suprimirem, outras.” E reforça-se também que “muito menos, algum dos queixosos alguma vez se assumiu como racista ou assumiu alguma posição ideológica compatível com essa qualificação. Pelo contrário, todos os queixosos sempre negaram qualquer simpatia pelo racismo ou por qualquer convicção racista, ou perto disso.” Mas antes da difamação caluniosa a todos os deputados de CHEGA, Catarina Martins já tinha feito o mesmo com André Ventura durante um debate entre ambos, ocorrido em 5 de janeiro de 2022 na SIC Notícias, quando no final do debate proferiu a seguinte acusação: “André

**Catarina
Martins**

IMUNIDADE



Ventura é um condenado com trânsito em julgado por racismo, é aliás a primeira vez que temos alguém a candidatar-se a eleições nos quarenta anos de democracia nesta situação. Eu sei que se orgulha da condenação do Supremo Tribunal que diz que as suas declarações são racistas (...)."

Ao que tudo indica, a coordenadora do BE referia-se ao caso das alegadas ofensas que André Ventura teria feito a uma família residente no Bairro da Jamaica, pela exibição de uma fotografia dessa família no debate com Marcelo Rebelo de Sousa. André Ventura respondeu a estas afirmações, dizendo que eram totalmente falsas, mas Catarina Martins insistiu, voltando

Mariana Mortágua

a desprezitar de forma grosseira a verdade dos factos.

Na verdade, em nenhuma parte da sentença é referido que André Ventura é condenado por racismo, ou essa palavra é referida na decisão do Tribunal, o que é bem diferente do que foi afirmado por Catarina Martins.

Na queixa-crime, e perante estas acusações, é referido que "em democracia não vale tudo. Os líderes políticos podem e devem discutir ideias entre si", porém, Catarina Martins "ultrapassou todos os limites, fazendo tábua rasa dos direitos, liberdades e garantias dos seus oponentes políticos (...) designadamente dos seus direitos constitucionais à honra e ao bom nome, partindo para o insulto e ataque pessoal, imbuída de raiva e desprovida de quaisquer escrúpulos, com o único propósito de denegrir a imagem pessoal dos queixosos e re-

fica impossibilitada com esta proteção dada pelo Parlamento, concretamente pela deputada Isabel Moreira. Esta decisão coloca os deputados acima do poder judicial, o que é incompreensível numa Democracia e num Estado que se quer independente da Justiça.

Recorde-se que a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, numa decisão invulgar e à época quase inédita, decidiu também votar contra o pedido de levantamento de imunidade da deputada do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua.

Em causa estava um pedido feito pelo Ministério Público à Assembleia da República de levantamento da imunidade parlamentar de Mariana Mortágua para ser constituída arguida e interrogada, na sequência de uma queixa contra o BE por uma publicação no site que o partido criou no início da

O Parlamento também votou contra o pedido de levantamento de imunidade de Mariana Mortágua para ser constituída arguida e interrogada, na sequência de uma queixa apresentada na justiça contra o Bloco de Esquerda

tirar dividendos políticos."

Perante estas declarações, o CHEGA alega que foi colocado em causa o bom nome e o trabalho político dos deputados junto da comunidade e que "estas circunstâncias criaram nos queixosos uma grande perturbação na forma como lidam, no dia a dia, com as suas vidas públicas, sendo um verdadeiro ataque às suas personalidades morais, com evidentes danos não patrimoniais" para os queixosos.

Posto isto, André Ventura e os restantes deputados do CHEGA pedem que se faça justiça e que Catarina Martins seja obrigada a indemnizá-los. Contudo, essa intenção

pandemia de covid-19 para recolher denúncias de situações laborais.

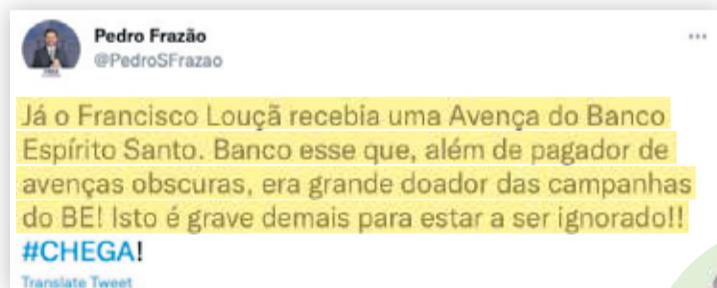
Neste pedido, a presidente da Comissão da Transparência, Alexandra Leitão, saiu em defesa da decisão tomada com a anuência do PS, PSD e Bloco de Esquerda, dizendo que o Ministério Público deveria pedir que Mariana Mortágua fosse ouvida como testemunha no processo e não como arguida, por não haver quaisquer indícios da prática de crime por parte da deputada bloquista. Novamente, os deputados da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados fizeram-se substituir à justiça, chegando ao ponto de dizer ao Ministério Público o que deveria fazer, numa clara interferência no trabalho judicial que coloca em causa a separação de poderes.

DUPLO CRITÉRIO HÁ DEPUTADOS E HÁ OS DEPUTADOS DO CHEGA



Todos os pedidos de levantamento de imunidade parlamentar que são dirigidos aos deputados do CHEGA, muitos deles com motivações políticas, foram e continuam a ser aceites.

Recordemos que, em 2022, foram votados e aprovados por unanimidade vários pedidos de levantamento de imunidade aos deputados do CHEGA. Um dos casos diz respeito a um jantar-comício organizado pelo Partido CHEGA durante a campanha das eleições presidenciais, nas quais Ventura foi candidato e alcançou quase 12% dos votos. Neste caso, o Ministério Público entendeu que não havia indícios de que André Ventura teria tomado parte na decisão de organizar o jantar, mas o tribunal entendeu que sim, pelo que, para além de André Ventura, foi pedido o levantamento de imunidade aos deputados Rui Paulo Sousa e Filipe Melo. E quem também entendeu que sim foi a Comissão de Transparência ao votar favoravelmente o levantamento da imunidade dos três deputados.



Outro caso prende-se com um retweet (partilha de uma publicação feita por terceiros na rede social Twitter) efetuado por André Ventura que apenas sublinhou que a deputada Mariana Mortágua deveria dar explicações sobre a acusação que lhe estava a ser imputada por uma jornalista espanhola. Também neste caso a Comissão de Transparência parece ter encontrado indícios que suportassem a necessidade de um tribunal ouvir o deputado André Ventura como arguido. O deputado Pedro Frazão também viu a sua imunidade parlamentar levantada, a propósito de um tweet sobre Francisco Louçã. Repare-se que todos estes casos

surgem no “contexto de confronto político-partidário”, tal como Isabel Moreira refere no seu parecer em relação a Catarina Martins, mas, no que diz respeito ao CHEGA o critério é outro. De referir que em todas as votações, o CHEGA votou sempre a favor do levantamento da imunidade parlamentar dos seus próprios deputados. É esta dualidade de critérios que descredibiliza a classe política e afasta os cidadãos e os faz descrever cada vez mais neste sistema podre e corrupto.



Pedro dos Santos Frazão



Rui Paulo Sousa



Filipe Melo

opiniões que contam

Tribunais para quê? Quem manda são os deputados

Ficámos a saber esta semana que a deputada Catarina Martins recusou que fosse levantada a sua imunidade parlamentar para responder em tribunal, como arguida, ao crime de difamação caluniosa agravada. Pior do que a deputada de extrema-esquerda achar que está acima da lei, é o facto de os deputados da Comissão da Transparência e Estatuto dos Deputados aprovarem um parecer da autoria da deputada socialista Isabel Moreira que defende que a imunidade não deve ser levantada. Li a notícia e perguntei-me: para que servem então os tribunais se os deputados fazem o que querem, como querem e quando querem? A resposta veio logo de seguida: ao que parece, os tribunais só estão autorizados a constituir arguidos aqueles que não são militantes do Bloco de Esquerda. Uma das coisas que aprendemos na escola – ou pelo menos no meu tempo era o que se aprendia – é que uma democracia implica, obrigatoriamente, uma divisão de poderes. Isto significa que o poder político não se pode imiscuir no poder judicial, caso contrário não se trata de uma democracia. Mas é isto que acontece atualmente no Parlamento: os deputados protegem os seus colegas do Bloco de Esquerda para que estes não tenham de enfrentar a justiça. Mas porquê? É que todos os outros deputados veem a sua imunidade levantada e nem sequer se opõem a tal decisão. A isto chama-se consciência e responsabilidade, porque estes deputados sabem que não estão acima da lei porque, na realidade, ninguém deveria estar. E não é isto que exigimos ao cidadão comum? Se eu me recusar a estar presente numa audiência em tribunal o que é que me acontece? Nada de bom, certamente! Mas voltemos à imunidade parlamentar. Quantas vezes foi já levantada a imunidade parlamentar a André Ventura? Muitas. E até por questões como difamação que é, exatamente, a mesma acusação que enfrenta Catarina Martins e André Ventura, bem como nenhum outro deputado do CHEGA, se opôs a que a mesma fosse levantada. E é assim que deve ser numa democracia. Se um tribunal entende que deve ouvir, seja como testemunha,

então o mesmo deve ser ouvido, porque isto, sim, é o chamado regular funcionamento das instituições democráticas. Concorde-se ou não com a acusação que lhe é imputada, nenhum deputado se pode considerar especial para fugir à justiça. Esta questão leva-nos a outro tema. Por que raio os deputados têm direito a imunidade parlamentar que leva a que a Justiça tenha de pedir autorização ao Parlamento para fazer o seu trabalho? Por que raio o Parlamento – e aqui entenda-se os deputados – tem o direito ou o poder de limitar o trabalho da justiça? Não é assim, certamente, que homenageamos aqueles que lutaram pela instituição de uma democracia em Portugal. No entanto, os mesmos que batem no peito para falar do 25 de Abril, que abanam cravos em abril e ouvem Zeca Afonso e a ‘Grândola, Vila Morena’, que falam de liberdade e democracia são os primeiros a atacar vilmente a democracia, recusando-se a ir a tribunal. E os populistas e demagogos são os deputados do CHEGA? Como é que os portugueses podem acreditar neste sistema político quando há deputados que estão acima da lei, quando a justiça tem de pedir autorização para agir e quando o dinheiro público é gasto ao desbarato sem que haja consequências para os maus gestores? Mas depois, sempre que há eleições e os níveis de abstenção são altíssimos, ouvimos discorrer nas televisões comentadores que tentam descobrir os motivos pelos quais os portugueses não se dão ao trabalho de sair de casa para votar. Meus senhores, mas não está à vista a razão pela qual metade do país não vota? É muito simples: os portugueses não acreditam na política e menos ainda nos políticos porque todos os dias ficam a saber que determinado político é acusado de crimes de corrupção, fraude, branqueamento de capitais, tráfico de influência e, como se tal não fosse o bastante, agora também ficam a saber que há políticos que estão acima da lei.

Patrícia de Carvalho
Direção Nacional do
Partido CHEGA



Portugueses com mais despesas e menos dinheiro



A invasão da Ucrânia pela Rússia que já dura há quase um ano, teve como reflexo imediato o aumento generalizado do preço dos alimentos, do petróleo, do gás natural, da energia eléctrica e o crescimento da inflação que atingiu todos os países a nível global.

Para as famílias portuguesas o ano de 2022 ficou marcado pelo início da escalada da subida de preços em bens e serviços essenciais, provocando um enorme rombo no orçamento familiar dos agregados. Já em 2023 iniciou-se um novo “apertar de cinto”, no qual já não existem mais buracos para apertar a fivela.

Os milhões de famílias que contraíram empréstimos para a aquisição de habitação própria viram, em apenas um ano, as taxas de juro dos empréstimos dispararem de valores negativos para 2,5% (Euribor a 6 meses) e 3% no caso da taxa Euribor a 12 meses.

Traduzindo estes valores para números reais, uma família que tenha um empréstimo no valor de 150 mil euros, com spread de 1% e prazo de 30 anos, em Março de 2022, com Euribor a 6 meses, pagava 450 euros, mas em Janeiro deste ano passou a pagar 678 euros, ou seja mais 228 euros; por sua vez o mesmo empréstimo indexado a uma taxa Euribor a 12 meses, em março de 2022 pelo mesmo empréstimo estava a pagar 460 euros e em Janeiro passou a pagar 716 euros, ou seja mais 256 euros; só

com os custos da prestação da casa, neste exemplo esta família irá pagar mais 3000 euros anualmente já em 2023 e esperam-se ainda novas subidas para os meses seguintes.

No caso da electricidade, assistimos em agosto à polémica do presidente da Endesa, Nuno Ribeiro da Silva, que numa entrevista ao Jornal de Negócios e à Antena 1, indicou que “a electricidade iria sofrer um aumento de cerca de 40% já nas faturas de julho, e que esse aumento era justificado pelo mecanismo ibérico para controlar o preço do gás na produção eléctrica”. Após alguns desmentidos pelo Governo, o que é facto é que em finais de Agosto fomos confrontados com a subida de 35% do preço de electricidade na Península Ibérica, com uma actualização do preço médio de 365,33 euros por megawatt-hora.

Segundo dados da ERSE o mercado regulado já para 2023 sofrerá um aumento em relação a 2022 de 3,3%. A título de exemplo, um casal com dois filhos (com uma potência contratada de 6,9 kVA e um consumo de 5000 kWh/ano) receberá uma conta 1,41 euros mais cara, de 95,26 euros, valor que inclui taxas e impostos.

De acordo com as estimativas da

ERSE, uma família com um consumo reduzido (potência de 3,45 kVA e consumo anual de 1900 kWh), com uma fatura atual de 37,64 euros por mês, terá um agravamento mensal de 54 cêntimos em janeiro. No mercado do gás, em outubro de 2022 deu-se um enorme aumento nas tarifas no mercado liberalizado, mas as tarifas também subiram no mercado regulado.

Por exemplo a EDP Comercial indicou que iria aumentar o preço do gás “em média, 30 euros na fatura dos clientes” residenciais, acrescentando ainda taxas e impostos. O aumento médio chega aos 170%.

Ainda há pouco tempo, aqui ao lado, em Espanha, o preço da garrafa de gás butano, a mais utilizada para consumo doméstico, custava 19,60 euros. Já do lado de cá, em Portugal, a garrafa era vendida a 31,50 euros, mais 12 euros do que no país vizinho. O Partido CHEGA foi das primeiras forças políticas a apresentar propostas para o alívio destes aumentos de preços, nomeadamente com propostas para o Orçamento de Estado de 2023 que previam a redução do IVA do gás, electricidade, garrafas de gás propano e butano para a taxa

mínima de 6%, tentando desta forma minimizar o custo destes bens e serviços na carteira dos portugueses.

Porém, o Parlamento rejeitou estas propostas, rejeitando, assim, uma importante e crucial ajuda aos portugueses que veem os preços dos alimentos e da energia a subirem, obrigando as famílias a recorrerem às suas poupanças para fazerem frente ao aumento das despesas.

De acordo com o European Consumer Payment Report 2022, da Intrum, um terço dos inquiridos admitiu que, pagas todas as contas, chega ao final do mês com menos de 10% do seu salário.

Dados do Instituto Nacional de Estatística, divulgados em dezembro, mostram que no terceiro trimestre de 2022 a taxa de poupança das famílias recuou para 5,1% do rendimento disponível bruto. Por outras palavras, há dez anos que a taxa de poupança dos portugueses não era tão baixa.

Ainda segundo o INE, o rendimento real das famílias diminuiu no ano passado devido ao aumento significativo dos preços causado pela inflação que se fixou em 9,6%, segundo o relatório divulgado pelo INE já em janeiro.

07 economia e finanças

por **Folha Nacional**

O dinheiro pelos ares

TAP: CHEGA apresentou Comissão de Inquérito Parlamentar, mas foi chumbada

TAP um calhau no sapato de Costa



A reprivatização da TAP foi uma das principais bandeiras do primeiro Governo de António Costa, sob o argumento de que a companhia aérea era estratégica para o país e que, por essa razão, deveria ficar no Estado.

A importância da TAP para o país constava do programa eleitoral do Partido Socialista para as eleições legislativas de 2015 no qual se lia que "uma ferramenta de primeira ordem para a projeção internacional de Portugal é a sua companhia aérea de bandeira, a TAP, que é um veículo fulcral de ligação à África lusófona, ao Brasil, aos principais destinos da emigração portuguesa e à promoção da internacionalização da economia portuguesa". Por este motivo, continuava o programa eleitoral, o "PS não permitirá que o Estado perca a titularidade sobre a maioria do capital social da TAP, encontrando formas - designadamente através de uma efetiva ação junto das instituições europeias e do mercado de capitais - de

capitalizar, modernizar e assegurar o desenvolvimento da empresa ao serviço dos portugueses e de uma estratégia de afirmação lusófona". Acontece que, depois desta reversão já ter custado 3,2 mil milhões de euros ao bolso dos portugueses, de várias peripécias que provocaram a demissão de governantes que tutelavam esta área e após duras críticas do Tribunal de Contas, que afirmou "não ser eficiente e onerou os contribuintes em vários milhões de euros", o terceiro Governo do mesmo António Costa decidiu voltar atrás e proceder agora, novamente, à privatização. Mas vejamos em detalhe, todo o calvário a que o Governo sujeitou os portugueses e a própria companhia aérea neste processo. Mal tomou posse, António Cos-

ta iniciou negociações com os acionistas da TAP - o consórcio Atlantic Gateway, de Humberto Pedrosa e David Neeleman - que detinham 61% do capital da companhia aérea, com o objetivo de

Tribunal de Contas diz que reversão da privatização da TAP, feita pelo Governo PS, não foi eficiente e onerou os contribuintes em milhões de euros

o Estado voltar a ser o acionista maioritário da empresa. Esta alteração na estrutura acionista concluiu-se apenas cinco anos depois, tendo sido liderada pelo então

ministro das Finanças, João Leão, que deu a conhecer a compra, por 55 milhões de euros, das ações dos privados na TAP, tendo-se oficializado a 2 de outubro de 2020. Segundo comunicado da TAP à data, concluiu-se a "aquisição, por parte do Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de participações sociais, de direitos económicos e de uma parte das prestações acessórias da atual acionista da TAP SGPS, Atlantic Gateway, SGPS, Lda por forma a que o Estado Português passe a deter controlo efetivo sobre 72,5% do capital social da TAP SGPS, sobre igual percentagem de direitos económicos na TAP SGPS e sobre determinadas prestações acessórias realizadas pela Atlantic Gateway". Cerca de um ano depois, em 2021,

Onde é gasto o dinheiro dos contribuintes?



Subsídio de 450€ por mês para deslocações dos Administradores em compensação dos veículos BMW que não foram adquiridos

o então ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, admitia em entrevista à CNN que "a TAP tem de se enquadrar num grupo maior do que si própria. Não há nenhuma companhia de aviação, nomeadamente com a dimensão da TAP, que consiga sobreviver neste mercado altamente competitivo isoladamente", abrindo assim a porta à reprivatização da TAP.

Já em setembro de 2022, em debate no Parlamento, António Costa admitiu reprivatizar a totalidade da

levou mesmo à queda da secretária de Estado. Mas não só.

O Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, um peso pesado socialista, foi a segunda vítima deste caso. Depois de a sua demissão já ter sido equacionada em junho de 2022, após ter avançado uma solução para o novo aeroporto que não estava concertada com o primeiro-ministro, o ministro decidiu, "face à perceção pública e ao sentimento coletivo gerados em torno" do caso da TAP, "assumir a responsabilidade política e apresentar a sua demissão", que foi de imediato aceite pelo primeiro-ministro António Costa.

A demissão ocorreu cerca de 24 horas após o ministro das Finanças, Fernando Medina, ter demitido a secretária de Estado do Tesouro, menos de um mês depois de Alexandra Reis ter tomado posse e após quatro dias de polémica com a indemnização de 500 mil euros paga pela TAP, tutelada por Pedro Nuno Santos.

Com todas estas trapalhadas, o CHEGA propôs a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre "a gestão da TAP e a utilização dos fundos" atribuídos à empresa, versando também sobre a indemnização paga à antiga secretária de Estado.

Os deputados do CHEGA propuseram "a constituição imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de fiscalizar a gestão da TAP e a utilização dos fundos públicos

que lhe foram atribuídos, nomeadamente o pagamento de bónus e indemnizações aos titulares de cargos de gestão e administração da empresa".

O partido pretendia também que fossem esclarecidos, "de forma cabal, os contornos que conduziram a TAP, uma empresa em dificuldades financeiras e alvo de um processo de reestruturação, financiada e controlada pelo Estado português, a pagar uma indemnização de 500 mil euros".

CHEGA propôs a constituição imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para fiscalizar a gestão da TAP e a utilização dos fundos públicos

No entanto, o PS, por puro preconceito ideológico, decidiu aprovar antes a proposta de comissão de inquérito do Bloco de Esquerda sobre o controlo público e político da gestão da TAP, embora a proposta do CHEGA tenha dado entrada antes na Assembleia da República. O que é certo é que ainda há muito por explicar em todo este processo da TAP, nomeadamente toda a atuação dos governos de António Costa no processo de nacionalização e reprivatização, havendo agora também a notícia de que a empresa será alvo de uma auditoria do Tribunal de Contas.

o deputado explica ...

A TAP é mais um sorvedouro do dinheiro público

Muito se tem falado na TAP nos últimos tempos, mas, infelizmente, as razões não são as melhores, lançando, assim, uma mancha sobre o nome da empresa e, consequentemente, deixando Portugal e os portugueses ficarem 'mal na fotografia'. A companhia aérea nacional tem sido um sorvedouro de dinheiros públicos, acumulando, desde a sua nacionalização, em 2020, um investimento superior a 3,2 mil milhões de euros.

Por outras palavras, este investimento significa que, em média, cada português, contribuiu indiretamente com 290 euros para salvar uma 'Empresa de Bandeira'. Convém recordar que foi o Governo de António Costa que quis reverter a privatização da TAP, trazendo-a, novamente, para a esfera nacional. No entanto, agora é o mesmo Governo de António Costa que quer vender a companhia – a 'Empresa de Bandeira', recorde-se – a empresas privadas!

Mas o processo é bem mais complexo do que isto, senão vejamos: o Plano de Recuperação da TAP, aprovado em Bruxelas, originou o despedimento de quase 3 mil trabalhadores, muitos deles, quadros de excelência da empresa. Mas o acordo foi ainda mais longe e originou cortes salariais entre os 25 e os 50%. Pessoal de terra, de cabine, pilotos, todos eles viram os seus salários reduzidos em prol da salvação da empresa. Mas, e os administradores? Os diretores? Não deveriam estes também ser abrangidos pelos cortes em prol do futuro financeiro da empresa? Só que não. E não só não foram abrangidos como ainda gozaram de regalias máximas e salários principescos.

Aliás, em ano de grandes prejuízos da companhia, administradores e diretores receberam bónus de produtividade que ultrapassaram um milhão de euros. Mas é também de suma importância perceber que quem negociou os despedimentos e os cortes salariais foi a Eng^a Alexandra Reis, contratada para a TAP para a função de Diretora de Compras, mas que rapidamente foi pro-

movida a um cargo de Administração. Este quadro da TAP, com um salário principesco, teve uma saída atribulada da TAP em fevereiro do ano passado, tendo assumido, dois meses depois, o cargo de Administradora da NAV, empresa pública ligada ao setor. No final do ano passado, a Eng^a Alexandra Reis foi nomeada pelo Governo para o cargo de secretária de Estado do Tesouro, precisamente na função que tutela as empresas nas quais desempenhou funções.

O pior veio a público nos dias seguintes: a secretária de Estado Alexandra Reis tinha saído da TAP com uma indemnização de 500 mil euros. A polémica foi tanta que a secretária de Estado apresentou a sua demissão e nem Pedro Nuno Santos, que era o ministro das Infraestruturas, resistiu e também ele acabou por se demitir. Uma VERGONHA!!!

Mas há mais escândalos a abalar a TAP. Em 2022, a companhia aérea foi condenada a pagar uma multa imposta pelo Governo Americano por atrasos no pagamento de indemnizações a passageiros por cancelamento e atraso de voos operados pela TAP.

Também a CMVM aplicou avultada coima à TAP por falsas informações prestadas ao regulador. Voos cancelados por falta de assistência técnica (despedimento de técnicos), greve do pessoal de bordo (convocada pelo SNPVC), entre várias outras, fizeram da TAP a 9^a pior companhia aérea do mundo. Não foi ainda renovado o contrato com a WHITE, uma empresa portuguesa que operava com a TAP, o que originou o despedimento de 1200 trabalhadores. Em contrapartida, pelo mesmo serviço celebraram acordo com a XFly, uma empresa da Estónia, cujo contrato não foi revelado.

companhia aérea, mesmo que isso implique prejuízo. Nesse debate, o primeiro-ministro referia que "só se fosse irresponsável é que poderia excluir a possibilidade de a venda da transportadora área gerar uma receita inferior ao que o Estado já gastou na empresa".

Para além de ao fim de 7 anos termos voltado ao ponto de partida, com a reprivatização total da companhia, prevista para este ano, este caminho provocou também várias baixas no Governo, não sendo ainda claros outros danos que possa vir a provocar. Tudo começou quando o Correio da Manhã noticiou que a nova secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, escolhida pelo ministro das Finanças, Fernando Medina, e que tinha tomado posse no início de dezembro passado, tinha recebido uma indemnização no valor de 500 mil euros por sair antecipadamente do cargo de administradora executiva da TAP, questão que motivou duras críticas de vários partidos da oposição, e que

Se cumprir os objetivos do plano de reestruturação da TAP, a CEO Christine Ourmières-Widener receberá um bónus de dois milhões de euros até 2025. Este bónus será pago apesar de a responsável auferir um salário de 504 mil euros brutos por ano

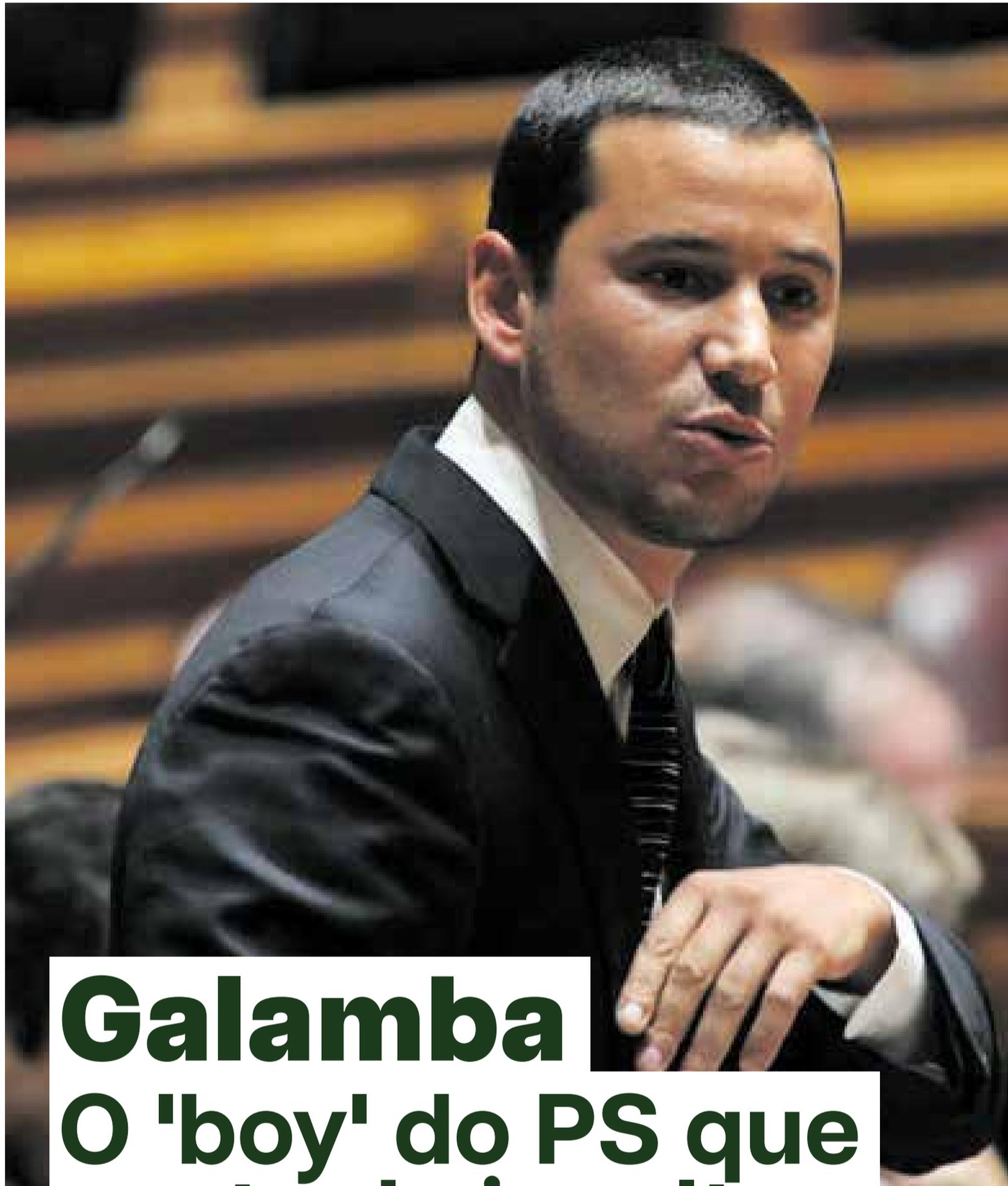
Christine Ourmières-Widener
Ainda CEO da TAP ▶

Filipe Melo
Deputado do CHEGA

10 O amigo de Sócrates

Galamba perguntou: "Já alguém se retratou das calúnias a Sócrates?"

© Partido Socialista, 2011



Galamba O 'boy' do PS que gosta de insultar chegou a ministro

Pedro Nuno Santos não resistiu à tempestade que se abateu sobre a TAP e foi obrigado a encostar o 'avião' no hangar. Por outras palavras, o agora ex-ministro das Infraestruturas e da Habitação apresentou o seu pedido de demissão na sequência do mais recente escândalo envolvendo a companhia aérea portuguesa e a indemnização milionária paga a Alexandra Reis que, depois de sair da TAP passou pela NAV (também empresa pública), foi promovida a secretária de Estado, mas que também já se demitiu. Com mais uma demissão em mãos, António Costa olhou para a 'prata'

da casa para escolher o substituto de Pedro Nuno Santos e a escolha recaiu sobre um nome já conhecido das hostes socialistas e governamentais, até porque era secretário de Estado da Energia: João Galamba. João Galamba é já um 'velho' conhecido. Foi deputado socialista e, entre 2018 e 2022, foi secretário de Estado da Energia, secretário de Estado Adjunto e da Energia e secretário de Estado do Ambiente e da Energia dos governos de António Costa. Acabou por ser promovido a ministro das Infraestruturas na primeira semana deste ano após a demissão de Pedro Nuno Santos.



O 'amigalhaço' de José Sócrates

João Galamba começou a dar nas vistas na blogosfera com dois blogs que coordenava. A defesa acérrima do PS levou José Sócrates a convidá-lo para integrar as listas do Partido Socialista, acabando por ser eleito deputado.

A ligação ao antigo primeiro-ministro fortaleceu-se ao longo dos anos, tanto que levou João Galamba a sair em sua defesa, em 2010. Num tweet, o agora ministro questionava: "Uma dúvida: já alguém se retratou das calúnias a Sócrates?"

E continuou em 2014, ano que José

Sócrates foi detido. Com acesso a informação privilegiada, Galamba enviou um SMS ao amigo a avisá-lo de que a justiça o investigava. A mensagem escrita consta, aliás, do processo Operação Marquês que, volvidos oito anos da detenção do ex-primeiro-ministro, ainda se encontra na fase de instrução do processo.

Depois de José Sócrates ter sido detido, Galamba foi visitá-lo à prisão de Évora, onde se dirigiu acompanhado por Paulo Pedroso, que também já tinha experienciado o cárcere no âmbito do Processo casa Pia.



Na mira da justiça

Mas se o anterior ministro era polémico, o atual não é muito diferente. João Galamba, de 46 anos, está a ser investigado, desde 2019, pelo caso ligado aos negócios do lítio e do hidrogénio, não tendo sido, pelo menos para já, constituído arguido. Em causa estão os contratos feitos para exploração de lítio em Montalegre e de hidrogénio, em Sines, processos sobre os quais recaem suspeitas de ter havido tráfico de influências e corrupção para favorecer o consórcio da REN, GALP e EDP. No caso de Montalegre, o ministério de Galamba atribuiu um contrato

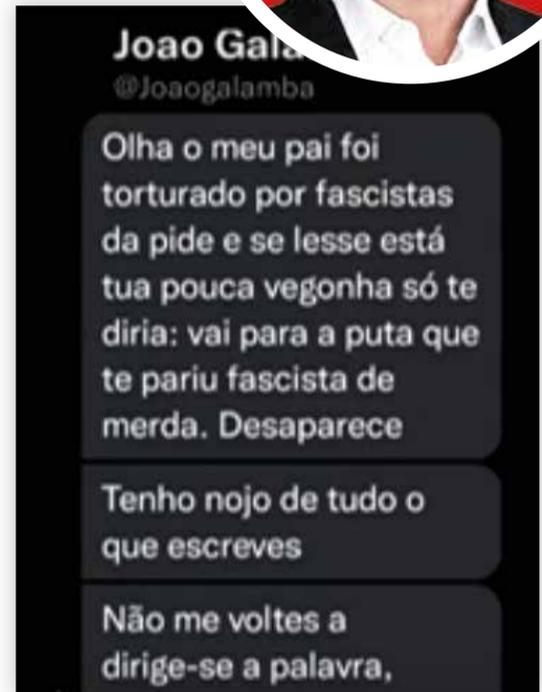
de concessão para uma mina de lítio em Morgade à empresa Luso-recursos Portugal Lithium, S.A, que tem sede na Junta de Freguesia de Montalegre, com um plano de negócios de 500 milhões de euros. A investigação está nas mãos dos magistrados do Departamento Central de Investigação e Ação Penal e, apesar de o então ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, ser também ele visado no processo, ainda ninguém foi constituído arguido nesta investigação que está em segredo de justiça.

As ofensas nas redes sociais

João Galamba tem uma presença ativa nas redes sociais, em especial no Twitter. O agora ministro entrou, no ano passado, num 'bate-boca' com um utilizador daquela rede e a resposta – dada numa mensagem privada – foi tudo menos cordial. "Olha o meu pai foi torturado por fascistas da pide e se lesse esta tua pouca vergonha só te diria: vai para a p*ta que te pariu fascista de m*r-da. Desaparece", escreveu - e ainda outros impropérios que temos vergonha de reproduzir!

O utilizador que foi alvo do impropério tornou a mensagem pública, obrigando Galamba a escrever um tweet sobre o assunto. O então secretário de Estado repudiou que tivessem divulgado uma mensagem privada, mas não retirou o que escreveu. Antes pelo contrário, Galamba reforçou que "para que não restem dúvidas: reafirmo tudo o que disse nessa mensagem".

Mas as polémicas publicações no Twitter vão ainda mais longe, dirigindo-se, inclusivamente, a jornalistas.

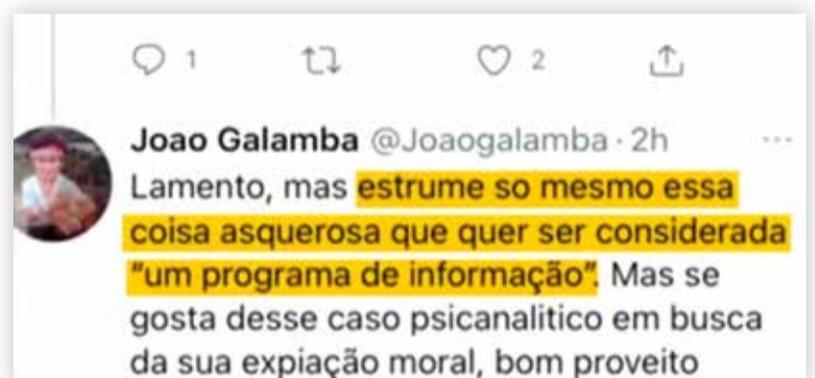


Em 2021 foi Sandra Felgueiras, do programa 'Sexta às 9', da RTP, que foi alvo de ataque por parte do então secretário de Estado.

Depois disso, um utilizador do Twitter partilhou uma notícia daquele programa sobre o caso Zmar, escre-

vendo: "todas as semanas abro uma garrafinha do João Galamba e sento-me a ver o estrume por ele produzido". Ora, Galamba viu, não gostou e ripostou: "Lamento, mas estrume só mesmo essa coisa asquerosa que quer ser considerada um programa de informação. Mas se gosta desse caso psicanalítico em busca da sua expiação moral, bom proveito".

Esta reação mais agressiva para com o programa da jornalista Sandra Felgueiras teve origem dois anos antes, em 2019, quando foi transmitida uma reportagem sobre a abertura de um inquérito por parte do Ministério Público, a propósito de uma concessão de exploração de lítio em Montalegre. Em causa, foi noticiado, estavam suspeitas de crime económico e entre os visa-



dos contavam-se o ex-secretário de Estado da Internacionalização, Jorge Costa Oliveira, e o ex-ministro-adjunto da Economia, Pedro Siza Vieira. Este caso, em tudo idêntico ao que tinha levado à demissão do tam-

bém socialista João Soares do cargo de ministro da Cultura, em 2016, depois de este ter ameaçado com "bofetadas" dois cronistas do jornal Público, teve um desfecho diferente: Galamba manteve-se no cago.

grande entrevista 12

André Ventura: O CHEGA é um partido que nasceu para governar Portugal

© Partido CHEGA

André Ventura

Não haverá uma Geringonça à direita. Ou pertencemos ao governo ou fazemos oposição

Poucos dias depois de ser reeleito para um novo mandato como Presidente do CHEGA, André Ventura conversou com o Folha Nacional sobre a V Convenção do partido, as eleições na Região Autónoma da Madeira e o sufrágio legislativo que poderá estar para breve. “Fazer oposição é um dever de todos os dias e não apenas quando as sondagens nos são favoráveis”, refere, atirando-se ao PSD.

por **Folha Nacional**



André Ventura foi reeleito presidente do CHEGA com 98,3% dos votos e a sua Direção Nacional com 91,4%. Esta união reflete o caminho que o militante número 1 do partido tem traçado e conseguido alcançar para o CHEGA: um crescimento que já faz os militantes sonharem com o Governo.

Ao Folha Nacional, André Ventura foi bastante crítico do Governo de António Costa que “envergonha os portugueses todos os dias com escândalos atrás de escândalos” e que “retira credibilidade aos políticos e à política”, deixando um aviso: “O CHEGA jamais governará com partidos que vendem a nacionalidade portuguesa”.

“O CHEGA nasceu para governar”. Foi com esta frase que encerrou a V Convenção Nacional do CHEGA que decorreu no último fim-de-semana. O CHEGA está pronto para governar?

Acho que ficou claro nesta Convenção que o partido está pronto para governar. Os últimos anos têm mostrado que tanto PS, como PSD não são capazes de transformar o nosso país e os portugueses continuam afundados em impostos sem terem um retorno. Uma coisa era se pagassem impostos altíssimos e tivessem à sua disposição serviços públicos de qualidade, mas isto, infelizmente, não acontece e os dois partidos que têm governado o país desde 1974 nunca foram capazes de proporcionar serviços de qualidade aos contribuintes.

E isso não tem acontecido porquê?

Olhe, porque há demasiada corrupção, há demasiado desperdício de dinheiro público, há falta de visão estratégica para o país. No fundo, há falta de trabalho. Basta pensar na rebaldaria que houve com o dinheiro que Portugal recebeu quando entrou na CEE. E isto acontece porque não há, nem responsabilidade de quem governa, nem a posterior responsabilização de quem geriu o país.

Como olha para os escândalos que assolam o Governo e têm levado à demissão de tantos governantes?

Vejo todos estes escândalos com muita preocupação. Primeiro, porque em causa está sempre o dinheiro público, que é dinheiro dos portugueses, dinheiro que lhes é tirado em forma de impostos diretos e indiretos, prejudicando o seu rendimento mensal. Aos portugueses é-lhes imposta uma das cargas fiscais mais pesadas da Europa e depois o que é que eles veem? O seu dinheiro ser usado indevidamente para benefício de algumas pessoas. Depois, todas estas polémicas só mancham a credibilidade da classe política e afastam as pes-

soas da política. Por tudo isto, não é de estranhar a elevada taxa de abstenção que existe no nosso país. A permanente nuvem de suspeita sobre os governantes não ajuda certamente à democracia.

O primeiro-ministro propôs ao Presidente da República a criação de um mecanismo de avaliação prévia de governantes. Entretanto, apresentou um conjunto de 36 questões. O CHEGA acha que este questionário esse é suficiente?

Claro que não. Este questionário é uma forma de o Governo atirar ainda mais areia para os olhos dos portugueses, porque passa a imagem de que está a fazer alguma coisa, mas na verdade não está a fazer rigorosamente nada para assegurar que os membros do governo sejam pessoas sérias, sem negócios duvidosos ou problemas com a justiça. O primeiro-ministro tinha o dever moral de escrutinar as pessoas que escolheu para formar governo e não o fez e não é com um questionário que o vai fazer. Isto não é fazer política de forma séria!

séria com o primeiro-ministro e dizer-lhe que já não tem condições para governar com estes ministros e, por isso, ou o governo se demite ou António Costa tem de fazer alterações profundas na constituição do Executivo. Como está é que não pode continuar. Este governo envergonha os portugueses todos os dias com escândalos atrás de escândalos e descredibiliza a República portuguesa.

O PSD absteve-se nas duas Moções de Censura apresentadas contra o Governo. A primeira pelo CHEGA e a segunda pela Iniciativa Liberal. Concorda com esta forma de oposição ao Governo?

O PSD está completamente à deriva. Diz que quer ser oposição, mas vai dando a mão ao governo aqui e ali. Ainda recentemente, o líder da bancada do PSD deu, e vou citar, uma “segunda oportunidade” a António Costa para explicar se tentou ou não interferir junto do Banco de Portugal sobre Isabel dos Santos e só depois vai ponderar um inquérito parlamentar. O líder do PSD diz

Os partidos falam em linhas vermelhas quando se trata do CHEGA. E o CHEGA? Tem linhas vermelhas para com os outros partidos de direita?

Os únicos que podem traçar linhas vermelhas são os portugueses. A única linha vermelha que o CHEGA tem é o compromisso para acabar com a corrupção em Portugal. Esse é o nosso grande objetivo, porque vai permitir ao país ter dinheiro para investir no SNS, na Educação, especialmente no descongelamento do tempo de carreira dos professores. O CHEGA jamais governará com um partido que não se comprometa com uma política séria de controlo do dinheiro público e menos ainda com partidos que são na verdade recipientes das bandeiras de esquerda, como a imigração ilegal ou a venda da nacionalidade.

As eleições regionais na Madeira vão decorrer já este ano. Considera que as linhas vermelhas dos outros partidos podem condicionar um possível acordo de governação na Madeira?

“Não haverá qualquer Geringonça à direita. É preciso que se saiba isto: ou o CHEGA estará no Governo ou então fará oposição como tem feito até aqui” - André Ventura

Entende que está em causa a estabilidade governativa? Acha que o governo tem condições para cumprir o mandato até ao fim?

Este governo está preso por arames. Todos os dias saem notícias que envolvem elementos importantes no Governo, como Fernando Medina, Duarte Cordeiro ou Gomes Cravinho. O primeiro-ministro diz que se trata de “casinhos”, mas não são “casinhos”. São suspeitas gravíssimas sobre governantes que colocam em causa a sua legitimidade para gerir o país. Como é que se pode confiar num governo que tem ministros sob suspeita? É impossível confiar! E se não se pode confiar, então não há condições para este executivo continuar em funções.

Qual o papel do Presidente da República perante este cenário?

O senhor Presidente da República tem optado por pedir estabilidade e nós concordamos que é preciso estabilidade para governar, mas a instabilidade que se vive é fruto das escolhas do primeiro-ministro. Enquanto Chefe de Estado, o Presidente deveria ter uma conversa

que defende a estabilidade política e, vou citar, “não defendemos a queda do Governo”, mas mudou de opinião depois de ver o PSD ultrapassar o PS na última sondagem conhecida. Acha que isto é fazer oposição? Fazer oposição é um dever, é isso que os eleitores esperam de nós e não que se decida fazer oposição só quando as sondagens são favoráveis.

Acha que o posicionamento do PSD favorece um entendimento à direita?

O PSD tem optado por não falar diretamente sobre um entendimento à direita, algo que o CHEGA já propôs várias vezes porque entendemos que a direita tem de se unir para afastar, de uma vez por todas, o socialismo do poder, em especial este socialismo que está podre e que está a destruir o país. Depois, vemos às vezes a Iniciativa Liberal em ‘bicos de pés’ a acenar para que não nos esqueçamos que eles existem. O que tem de ficar claro, de uma vez por todas, é que o interesse de Portugal e dos portugueses tem de estar acima de questões entre partidos.

Se os madeirenses e os portosantenses decidirem que o CHEGA deve estar no Governo Regional, então vamos estar, independentemente das linhas vermelhas que os políticos ou os comentadores do sistema queiram traçar.

Acha possível repetir um acordo governativo nos mesmos moldes em que foi estabelecido nos Açores?

Não, nós aprendemos a lição. O mais importante é que os madeirenses e os portosantenses olhem para o CHEGA e o vejam, não só como mais um partido da oposição, mas, sobretudo, como uma alternativa credível ao atual Governo PSD-CDS. Nós aprendemos bem a nossa lição com o que aconteceu nos Açores e, por isso, relativamente à Madeira teremos de avaliar se haverá ou não condições políticas para formar governo com o PSD.

O CHEGA continua a crescer e consolida-se cada vez mais como terceira força política em Portugal, tendo em conta os dados de todas as sondagens que vêm a público. A que se deve?



“Como é que se pode confiar num governo que tem ministros sob suspeita? Não se pode! E se não se pode confiar, então não há condições para este executivo continuar em funções”

- André Ventura

Deve-se, sobretudo, ao trabalho que temos vindo a desenvolver no Parlamento. Os portugueses sabem que nós não estamos presos ao politicamente correto e não temos medo de apontar o dedo a quem se deve apontar. Os portugueses conhecem os nossos planos para o país, nomeadamente o combate cerrado que queremos fazer à corrupção, o investimento no Serviço Nacional de Saúde sem preconceitos ideológicos, o respeito e a dignidade que queremos devolver a profissões como as forças de segurança, os professores, e tantos outros. Temos apresentado projetos de lei para melhorar a vida das pessoas e estes resultados das sondagens mostram que os portugueses estão atentos e sabem bem quem está a trabalhar e a lutar diariamente por eles.

Qual é o objetivo do CHEGA para as próximas eleições legislativas?

O objetivo é muito simples: queremos ser Governo. E não é por nós, é pelos portugueses e por Portugal. O país precisa de um governo capaz de implementar medidas concretas e reais que desenvolvam a economia para deixarmos de estar na cauda da Europa.

Quais são as áreas prioritárias que o CHEGA define como essenciais para um acordo de Governo?

O combate à corrupção, a reforma da justiça, uma grande reforma do sistema fiscal português, que tem de ser mais amigo da classe média, e uma profundíssima reforma do sistema político nacional, com menos cargos, menos privilégios, menos proteção, mais responsabilidade.

Será possível o país ser governado por uma gerinçõa de direita, tal como aconteceu à esquerda?

Já o dissemos várias vezes: o modelo de gerinçõa não se repetirá. Falhou à esquerda e à direita. Revelou-se uma fragilidade e não uma vantagem política. O CHEGA, ou estará no governo, ou será oposição ao governo com os mandatos que os portugueses lhe conferirem.

Como vê a constante polarização que os deputados únicos fazem com o CHEGA? É uma estratégia para se afirmarem mediaticamente?

Claro que sim. Hoje muitos políticos sabem que apenas atacando ou vociferando contra o CHEGA podem ganhar alguma notoriedade ou algum protagonismo institucional. Já sabemos que é assim, que esse aproveitamento existe e lidamos bem com isso. Estes deputados únicos não querem, na verdade, trabalhar pelo povo português. Querem apenas mais alguns minutos de publicidade.

16 revisão constitucional

Portugal precisa de uma **Constituição da República para o século XXI**

© Partido CHEGA

Portugal precisa de uma **Constituição** para o século **XXI**

A proposta de revisão constitucional apresentada pelo CHEGA visa, antes de mais, responder à realidade dinâmica da sociedade, sem que isso signifique necessariamente que esteja em constante mudança, devendo ser pensada e interpretada com uma visão atual mas também de futuro.

Com efeito, e reconhecendo os avanços sociais, jurídicos e políticos impulsionados pelo texto de 76, data em que foi estabilizado, depois de ter sido iniciado num período de forte radicalismo revolucionário, não é menos verdade que, quer pelo contexto da época em que nasceu, quer pela evolução dos tempos, a Constituição da República Portuguesa (CRP) não é hoje capaz de responder ao que Portugal necessita para que se possa colocar ao nível dos melhores países do mundo.

Assente em quatro grandes eixos, a revisão constitucional do CHEGA pretende, em primeiro lugar, expurgar a Constituição de preconceitos ideológicos, passando por uma limpeza ideológica da Constituição, pretendendo acabar com expressões como “fascismo” e “caminho para o socialismo”, o que, na ótica do CHEGA “continua a manter vivos resquícios significativos dos combates ideológicos dos anos 60 e 70, em Portugal, especialmente a linguagem política e dogmática do período revolucionário, o que já não se mostra adequado”.

Outro vetor passa por adotar um sistema firme de direitos, liberdades e garantias, mas que não impeça a necessária reforma na justiça, sobretudo a justiça criminal. Ou seja, a CRP “não se pode tornar numa força de bloqueio às transformações políticas e sociais ou uma arma de arremesso de um certo espectro político-ideológico contra o campo oposto.”

Prevê-se nesta revisão a aplicação da prisão perpétua e a aplicação de penas de castração química para a prevenção de crimes de natureza sexual como a pedofilia. Relativamente a esta matéria, e contrariando a retórica dos restantes partidos portugueses, o próprio Tribunal Europeu dos Direitos Humanos já, por diversas vezes, sublinhou que a prisão perpétua, desde que admita revisão, é perfeitamente compatível com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Importa também esclarecer que, em relação à castração química, esta não é permanente e é administrada por via medicamentosa com o objetivo de reduzir a libido, pelo que não consubstancia qualquer tratamento cruel ou degradante. Aliás, muitos países europeus aplicam este tipo de pena: Moldávia, Polónia, Estónia, Suécia, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, entre outros.

Principais alterações à Constituição Portuguesa

Prisão perpétua

Apenas dois países na União Europeia não têm prisão perpétua. São eles Portugal e Croácia. O próprio Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) sublinhou por diversas vezes que a prisão perpétua, desde que admita revisão, é perfeitamente compatível com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH).

Castração química

Não é permanente e é administrada por via medicamentosa com o objetivo de reduzir a libido, pelo que não consubstancia qualquer tratamento cruel ou degradante. Exemplos de países europeus que aplicam este tipo de pena: Suécia, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Moldávia, Polónia, Estónia, entre outros.

Educação

A educação compete à Família, instituição anterior ao Estado que gera a vida. Todo o ensino tem uma função de interesse público, seja ele público, privado ou cooperativo, não cabendo ao Estado fazer qualquer distinção entre os vários tipos de ensino ou alunos.

Saúde

Complementaridade entre o setor público, privado e social. Ao Estado compete proporcionar aos cidadãos o melhor acesso possível aos cuidados de saúde, não interessando se o prestador é público, privado ou social.

Menos políticos

Reduzir a dimensão institucional e burocrática do poder político, diminuindo o número de deputados para um máximo de 180, revendo os círculos eleitorais

Voto obrigatório

A instituição do voto obrigatório é imprescindível para que todos possam participar na decisão do nosso futuro político, alargando também o uso do referendo vinculativo a mais matérias.

Incompatibilidade

Os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos não podem exercer quaisquer cargos ou funções em instituições tuteladas pelo Governo durante 8 anos e estão vitaliciamente impedidos de exercer cargos ou funções, remunerados ou não, em empresas com as quais tenham estabelecido negociação em nome de entidades públicas

Por outro lado, as propostas do CHEGA neste âmbito visam, precisamente, garantir direitos constitucionalmente consagrados como o direito à vida, à segurança e à integridade física.

Também no que diz respeito à Educação, a proposta do CHEGA vinca a natureza e competência da Família, instituição anterior ao Estado que gera a vida e, portanto, anterior e posterior à frequência de sistemas de ensino no percurso existencial dos indivíduos. As alterações na área pretendem também vincar que todo o ensino tem uma função de interesse público, seja ele público, privado ou cooperativo, não cabendo por isso ao Estado fazer qualquer distinção entre os vários tipos de ensino ou alunos.

Relativamente à Saúde, também se promove essa complementaridade entre o setor público, privado e social. Nesta área, o CHEGA entende que é ao Estado que compete proporcionar aos cidadãos o melhor acesso possível aos cuidados de saúde, em tempo útil e aceitável de acordo com as suas condições de saúde, não interessando se o prestador é público, privado ou social.

O terceiro eixo passa por adotar um novo modelo económico, mais aberto aos privados, optando por exemplo, por sistemas mistos na área da educação e da saúde, dando liberdade às pessoas para escolher entre o público e o privado e uma justiça virada para as pessoas e empresas. Tal como é referido no próprio projeto constitucional do CHEGA, procura-se "salvaguardar que, na esmagadora maioria das áreas sociais – exceto naturalmente nas designadas áreas de soberania – os setores públicos, privados e sociais podem conviver de forma harmónica e articulada, sendo o principal objetivo o serviço de excelência aos cidadãos."

O quarto e último eixo prende-se com a reforma do poder político. A redução da dimensão institucional e burocrática do poder político é fundamental e passa por reduzir o número de deputados para um máximo de 180 deputados, pela revisão dos círculos eleitorais, pela instituição do voto obrigatório ou pelo alargamento do uso do referendo vinculativo a mais matérias.

Adicionalmente, pretende-se uma definição rígida de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos públicos e assegurar a independência dos tribunais,

dos órgãos de investigação criminal e das entidades reguladoras face ao poder político, independentemente das maiorias conjunturais.

Esta reforma tem um objetivo evidente que se prende com reduzir ao máximo a capacidade de influência política em instituições que devem ser imparciais e objetivas, nomeadamente a Procuradoria-Geral da República ou os tribunais superiores, garantindo que a sua missão e prerrogativas não são nem podem ser limitadas ou restringidas pelo poder executivo ou por qualquer poder político ou partidário, não obstante as necessárias garantias de equilíbrio de todos os poderes.

O presidente do CHEGA, André Ventura, espera que, pelo menos algumas das propostas que constam da sua revisão constitucional, sejam acompanhadas por mais partidos, tendo referido na sua apresentação que fica "a aguardar aquilo que o PSD tinha prometido, fazer uma reforma aprofundada da Constituição", mas como os sociais-democratas não a apresentaram, o CHEGA "decidiu dar o pontapé de saída".

Foi o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA quem deu início ao processo de Revisão Constitucional. Depois de dado este passo, outros partidos com representação parlamentar apresentaram as suas propostas de alteração à Lei Fundamental

A diminuição de deputados, o voto obrigatório ou a introdução da prisão perpétua são alguns dos temas onde pode haver consenso, sendo considerados por André Ventura como uma "vitória mínima" alcançar "consensos à direita", referindo mesmo que "algumas destas propostas foram faladas por alto" com o líder do PSD. "Da parte de Luís Montenegro não houve nenhuma garantia de apoio nem de reprovação", explicou.

Para o líder do CHEGA, "a vitória boa era conseguirmos mudança de algumas coisas com o consenso do PS", considerando que "a vitória mínima é garantir que à direita se começam a traçar caminhos de convergência" que "permita começar a vislumbrar uma alternativa política em 2026".

opiniões que contam

Regime versus Sistema: pode parecer igual, mas não é!

Quando alguns afirmam, por ignorância ou má-fé, que o CHEGA é um partido anti-regime como forma de nos demonizar e ostracizar, estão a cometer um erro substancial e a confundir conceitos. Senão vejamos: a definição de regime passa pelos grandes princípios orientadores da sociedade a nível civilizacional. Será o princípio democrático versus o totalitário e/ou ditatorial, monarquia e república, estado religioso versus laico, capitalista versus comunista, etc. São os baluartes da construção dos Estados e os alicerces em que se baseiam. O sistema, pelo seu lado, representa a forma e o conjunto de regras, escritas e/ou praticadas, dentro do regime. São os serviços, o corpo de leis regulamentadas, a fixação de objetivos, orçamentação e práticas governativas, prestação de cuidados aos cidadãos, estabelecimento de prioridades executivas, etc. É evidente que o sistema, ou parte dele, poderá facilmente desvirtuar os valores básicos do regime através de más práticas, de desvios eticamente repreensíveis, de ocultação e reserva mental em relação aos cidadãos e, principalmente, atuação em causa própria. Estes desvios levam à instalação de práticas de corrupção, de subsistemas ineficazes e muitas vezes lesivos dos interesses da maioria das populações, ao enriquecimento ilícito, aos nepotismos e, em última análise, à impunidade do incumprimento da lei e dos valores éticos subjacentes à sociedade. O regime em Portugal pode definir-se como democrático, republicano e de obediência à lei, máxime à Lei Constitucional. Além, claro, das responsabilidades originadas no cumprimento dos tratados internacionais a que o Estado português se obriga. O CHEGA claramente e sem quaisquer reservas apoia e respeita o regime em que o Estado português se baseia e se revê. Já quanto ao sistema

instalado, cada vez mais semelhante ao do fim da Monarquia e da primeira República, o CHEGA tem as maiores reservas, ao ponto de se considerar anti-sistema face à "normalização" da corrupção e de subsistemas aparentemente legais, mas que mais não visam do que o empobrecimento dos cidadãos e o enriquecimento ilícito de uma minoria alcandorada no poder e defendida por instituições corrompidas e, até anti-democráticas, como o Tribunal Constitucional, irmão do extinto Conselho da Revolução e originado no PREC de má memória. O atual sistema caracteriza-se, também, por subsistemas que não funcionam, pela excessiva dependência de subsídios, pelo excesso fiscal para os alimentar e sustentar um número excessivo de instituições inúteis e, inclusivamente, prejudiciais à sociedade portuguesa. A promiscuidade que reina entre os vários protagonistas, do governo à oposição, naqueles que deviam ser os pilares da Nação - Forças Armadas, Justiça, Negócios Estrangeiros, Segurança Interna e Externa - nas criminosas políticas de imigração que visam o lucro fácil e a destruição dos valores societários e o ataque à Família como cerne da sociedade, minaram o sistema profundamente até chegarmos à atual situação que é intolerável. Situação essa agravada pelo descalabro de todo o sistema educativo e de um ensino pobre e medíocre, que contribui para o empobrecimento intelectual dos portugueses. É quanto a este estado de coisas que o CHEGA é firmemente contra e recusa que um sistema corrupto destrua um regime que contém, em si próprio, os princípios e valores que são o repositório de nove séculos de existência de Portugal. Resumindo e repetindo: O CHEGA é a favor do regime e contra o sistema!

António Tânger-Correa
Direção Nacional do Partido CHEGA



100 heróis de Portugal

Guerra Colonial é uma expressão que é depreciativa e mentirosa!

© DR

AVISO: Conteúdos sensíveis

Quando
é que vão
pedir
desculpa
a Portugal?



O dia 15 de março de 1961 ficará para sempre na memória dos milhões de portugueses que viviam na metrópole e nas antigas províncias ultramarinas, com especial atenção para Angola, onde os covardes guerrilheiros da UPA (União das Populações de Angola), em apenas três dias, assassinaram barbaramente mais de 5 mil pessoas inocentes.

Foram massacrados de forma bárbara homens, mulheres, crianças, recém-nascidos, brancos, negros, numa completa selvajaria. Dos 5 mil mortos, cerca de mil eram brancos e 4 mil eram trabalhadores negros Bailundos (originários do sul de Angola).

Os massacres de 15 de março de 1961 foram orquestrados pela UPA, posteriormente FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), dirigida por Holden Roberto que foi aconselhado por Frantz Fanon e outros nacionalistas africanos a usar a força e a derramar o sangue dos colonos, defendendo que essa era a única forma de acabar com a presença portuguesa no território. Frantz Fanon, que nos levantamentos nacionalistas de África foi apologeta da barbárie máxima como arma eficaz para o processo de abandono dos brancos do continente africano, foi o mesmo que Mamadou Ba citou na analogia 'é preciso matar o homem branco'.

Para a esquerda e extrema-esquerda portuguesas, o que aconteceu no norte de Angola em março de 1961, e que foi o rastilho para o início da guerra do Ultramar, tratou-se de um ato de defesa. No entanto, se aquelas ações tivessem sido levadas a cabo pelo Exército português teriam sido apelidadas de chacina, de barbárie ou até de holocausto.

Os ataques iniciais, é preciso não esquecer, foram de uma barbárie inimaginável: genitais masculinos arrancados, cabeças e membros cortados, mulheres esventradas (inclusive grávidas) com os genitais cortados, crianças barbaramente mutiladas, inclusive recém-nascidos. E tudo isto contra populações indefesas e contra mais de 4 mil africanos Bailundos.

Grande parte deste genocídio foi cometido por africanos de origem congoleza, ex-Congo Belga, e do norte de Angola, embebidos num ódio racial e tribal tremendo. Ainda nos dias de hoje esta etnia 'Baconga' tem os mesmos hábitos triba- listas contra os seus outros irmãos angolanos de outras etnias.

Depois do 25 de Abril, de 1974, a esquerda e a extrema-esquerda tomaram conta do país e, em especial, do ensino. É por essa razão que, nos dias de hoje, erroneamente se usa a expressão guerra colonial, ao invés de guerra do Ultramar. Acontece que desde 1951 que Portugal não tinha colónias, pois o Estado Novo criou a divisão administrativa de Província Ultramarina, sendo designadas como tal Angola, Moçam-

bique, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor e Macau.

Assim, fica claro que a terminologia correta a usar é a de guerra do Ultramar, pois não existiam, à época do conflito, colónias portuguesas.

Do ponto de vista militar, a guerra em si começou mal, pois o Exército português tinha em Angola apenas 500 soldados, o que era francamente insuficiente para relançar uma contraofensiva. No entanto, e apesar de a resposta do então Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, ter sido imediata, ainda foi necessário esperar mais de um mês para que os primeiros batalhões do Exército português chegassem ao território ultramarino.

A UPA fixou a sua capital de Angola livre em Nambuangongo, no norte de Angola, mas o Exército português lançou uma ofensiva para recuperar Nambuangongo que viria a ser reconquistada pelas tropas portuguesas lideradas pelo tenente-coronel Armando Maçanita, na sequência de uma operação que decorreu entre 4 de julho e 10 de agosto do mesmo ano e ficaria para a história com o nome Operação Viriato.

Durante o conflito, que durou 13 anos e se desenrolou em várias

O termo 'Guerra Colonial' é uma falácia imposta pela extrema-esquerda no pós-25 de abril que não corresponde à verdade dos factos, uma vez que o Estado Novo criou, em 1951, as Províncias Ultramarinas: Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor e Macau

frentes (Angola, Moçambique e Guiné), morreram aproximadamente 10 mil militares portugueses (o mesmo número de baixas, sensivelmente, que resultara da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial), o que demonstra a bravura e competência dos soldados e do Exército portugueses – recordemo-nos que morreram mais de 50 mil militares norte-americanos em dez anos de conflito no Vietname, sendo que eles estavam melhor equipados do que os nossos soldados.

De referir também que os movimentos de libertação das províncias ultramarinas eram apoiados por um elevado número de países, um pouco por todo o mundo, especialmente pelas grandes potências da época (União Soviética, China, Estados Unidos), mas também por países como Cuba, Polónia, Checoslováquia, Marrocos, Argélia, Congo, Jugoslávia, Egipto, entre muitos outros países europeus e africanos.

Portugal contava apenas com o apoio da África do Sul e da Rodésia (hoje Zimbábue), mas, ainda assim, tinha a guerra controlada em Angola e Moçambique. Apenas na Guiné a situação era mais desfavorável ao Exército português devido à morfologia do terreno e ao facto de as forças de libertação usarem território do Senegal para se refugiarem, num permanente jogo do 'toca e foge' que dificultava a defesa das forças portuguesas.

O Exército português integrou milhares de homens brancos, negros e cidadãos de origem chinesa (em Moçambique) e enfrentou verdadeiros terroristas que usaram muitas vezes o horror e a barbárie no terreno. Ainda assim, o Exército português manteve o seu foco na segurança das populações (branca e negra) e um padrão de guerra convencional que respeitava os padrões definidos pela Convenção de Genebra.

No entanto, quando hoje altos dignatários de Portugal trazem para a agenda os chamados 'massacres de Wiri-yamu' ou outros ocorridos durante a guerra do Ultramar, chegando a pedir desculpa pelo sucedido ao povo moçambicano, perguntamo-nos quem pediu desculpa a Portugal pelos massacres do norte de Angola em 15 de Março de 1961, entre outros que tiveram lugar durante o conflito.

Esta esquerda e extrema-esquerda que temos hoje no nosso país não respeitam a nossa História, a nossa Pátria, e seguramente os nossos militares, sobretudo os que tombaram em África, muitos deles ainda hoje permanecem em solo africano sem que o Estado português faça nada para que voltem a solo pátrio. Esta esquerda das divisões quer abrir novamente as chagas da guerra há muito esquecidas pelos portugueses e africanos que fizeram parte das nossas Províncias Ultramarinas.

Com a desclassificação de documentos da guerra do Ultramar, que o Bloco de Esquerda defende – e até apresentou um projeto de resolução nesse sentido – o que a extrema-esquerda pretende é denegrir o 'homem branco' à boa maneira do seu herói Frantz Fanon e abrir, mais uma vez, as chagas do racismo, virando povos contra povos.

Neste sentido, parece-nos justo homenagear todos aqueles que lutaram para defender Portugal, pois em 1961 esses territórios faziam parte da nossa Nação que ia do Minho a Timor. Homenagear sobretudo aqueles que tombaram no território ultramarino – mais de 3 mil ainda se encontram em África, muitos deles em campos rasas engolidas por capim, sem qualquer glória, sem qualquer dignidade, totalmente esquecidos por Portugal. Um enorme Bem Haja a todos os ex-combatentes ainda vivos, pois eles são o que de melhor Portugal tem, mas que estão esquecidos, mas que o CHEGA nunca esquecerá.

Histórias dos heróis esquecidos pela Pátria

João Martins e Germano Miranda foram dois dos milhares de portugueses que foram defender o território ultramarino português em África. O primeiro foi para Angola, o segundo para Moçambique. As histórias, apesar de distintas, não divergem muitos nos principais pontos: o medo de morrer e os traumas que ficaram para o resto da vida.

João Martins morreu em outubro de 2021 vítima de um AVC. Tinha 76 anos e havia recebido o Cartão de Antigo Combatente do Ultramar dois meses antes – 52 anos depois de ter deixado o combate nas matas de Angola. Em vida partilhou a sua história de antigo combatente que agora partilhamos com os nossos leitores como homenagem, não apenas ao já falecido combatente do Ultramar, mas a todos os que, tal como ele, serviram a Pátria que acabou por lhes virar as costas.

João Martins tinha 21 anos quando partiu rumo a Angola, deixando para trás a mulher e o filho de apenas um ano numa pequena aldeia do concelho de Vila Real. Embarcou no 'Vera Cruz' a 21 de Janeiro de 1967 rumo a Luanda, Angola, com a Companhia 1640 para combater o inimigo que queria destruir a Pátria portuguesa. "Foram dez dias de viagem angustiantes. Sabíamos que íamos para o meio do mato, mas não sabíamos se regressávamos a Portugal", contou. E se este pensamento já era, por si só, assustador, as palavras de um capitão durante a viagem não o acalmaram: "Metade de vocês não volta". "Era um momento muito difícil: eu não sabia se voltava com vida a Portugal e o meu filho não tinha ainda completado um ano de vida" e, por isso, a primeira coisa que fez quando chegou ao quartel em Luanda foi escrever à sua mulher para lhe dar notícias. Ao longo de dois anos, João foi sempre enviando cartas e fotografias para casa. Era uma forma de tranquilizar a esposa e, ao mesmo tempo, sentir-se mais perto da família.

João esteve dois anos em Angola. "Primeiro no mato Bessa Monteiro e depois em Maquela do Zombo. O meu pelotão foi transferido para um destacamento na fronteira do Congo Brasaville, mas ao fim de um ano eu fiquei doente com paludismo [doença também conhecida por malária] e voltei para Luanda", contou. Devido à doença, João foi enviado de helicóptero para o Hospital

Militar de Luanda onde, felizmente, recuperou. Depois voltou novamente para o mato.

"Ao longo dos dois anos em que lá estive andei sempre no mato, especialmente na mata da Sanga, que era a zona mais perigosa – tinha oitenta quilómetros de comprimento e quarenta de largura", explicou.

para canhão!", disse João, recordando as "emboscadas" de que ele e o seu pelotão foram alvo e a quantidade de armas que o inimigo lhes roubava nesses momentos. "Nós tínhamos umas poucas bazucas e G3, mas nada que se comparasse ao armamento deles", atirou.

O primeiro confronto com os turras fê-lo perceber que a sua passagem por Angola – e a dos seus companheiros – não ia ser fácil. O pelotão passava dias seguidos no mato e a razão de combate que levava não era suficiente: os soldados passa-

vam fome e sede. "A crise maior era a falta de água. Onde nós estávamos não havia rios, só pântanos de água onde os animais urinavam. A sede era tanta que nós coávamos a água com os quicos, que eram os nossos chapéus, e bebíamos".

E quando não eram estas dificuldades que os abalavam, eram as mortes dos companheiros que os desanimavam.

"Das piores coisas a que assisti foi a morte dos meus companheiros",

"Nós sabíamos que ia ser difícil combater com o fraco armamento que tínhamos, mas quando percebemos que o dos turras era melhor só tivemos vontade de desistir... éramos carne para canhão!"

lamentou, lembrando que quando tal acontecia "um helicóptero ia buscar os corpos, mas o resto do pelotão era obrigado a continuar". "Custava muito porque não éramos só companheiros de armas, éra-

mos amigos. Os dias no quartel e no mato tornavam-nos amigos. E o pior é que, por mais que custasse, tínhamos de os deixar para trás e seguir com a missão. Nesse momento só nos podíamos agarrar à lembrança da nossa família e ao que tínhamos deixado em Portugal", contou.

João cumpriu dois anos em Angola e desembarcou em Lisboa a 28 de março de 1969 e, apesar de ter recuperado da doença que contraiu, as marcas emocionais nunca sararam. Mais de 40 anos depois de ter deixado Angola, João ainda era assombrado por aquilo que lá viu. "Infelizmente sonho muitas vezes com Angola e com as matas por onde andei. Acordo de noite sobressaltado porque são sonhos muito reais é como se estivesse lá outra vez. O que sonho mais vezes é com os meus companheiros a serem mortos pelos turras. O pior, o mais difícil foi ver os meus companheiros a serem mortos e ter de os deixar para trás. Mas também sonho várias vezes que estou novamente no Vera Cruz a caminho de Angola", disse, olhando longamente pela janela da sala de estar da sua casa, na Pontinha, concelho de Odivelas, quando contou a sua história em 2008.



Numa zona tão vasta não seria de estranhar se o pelotão se perdesse, mas a "sorte" é que existiam guias. "Andavam três turras [nome dado aos guerrilheiros dos movimentos independentistas em África] conosco que eram os nossos guias. Eles conheciam melhor que ninguém aquela mata e ajudavam-nos", disse, explicando que uns eram prisioneiros, mas outros tinham fugido às milícias africanas e tinham pedido ajuda ao Exército português.

Se o cenário emocional era desolador, a realidade que encontrou em Bessa Monteiro não era melhor. "Nós sabíamos que ia ser difícil combater com o fraco armamento que tínhamos, mas quando percebemos que o dos turras era melhor só tivemos vontade de desistir... éramos carne

João Martins



Germano Miranda, também Antigo Combatente, foi enviado para Moçambique quando tinha 22 anos, a 13 de Junho de 1973. Uma vez que o seu irmão mais velho e único já se encontrava a cumprir a sua missão no terreno africano, mas em Angola, deram-lhe a oportunidade de esperar que o irmão regressasse antes de ele próprio marchar para Moçambique. Mas Germano optou por não esperar. “Quanto mais cedo fosse, mais cedo voltava”, contou ao Folha Nacional. Germano cresceu em Tregosa, no

E quando morriam os nossos? “Custava, claro que custava”. A primeira baixa foi um furriel miliciano, natural dos Açores, logo ao fim de 15 dias no terreno. O jovem saiu de jipe com um soldado para ir buscar madeira a pouco mais de 70 metros do quartel. “Ele queria fazer uma mesa e umas cadeiras com troncos de árvores. Coitado, o jipe que conduzia pisou uma mina e ele teve morte imediata. O soldado que estava com ele ficou ferido na cabeça e apareceu-nos no quartel a sangrar e em choque. Só

terias dos rádios para comunicar. Por perto não havia nada, nem um pequeno riacho que fosse para aliviar a sede. Como consequência, e porque alguns soldados comeram pequenas bagas parecidas com magnórios que encontraram pelo caminho, “até as línguas incharam, nem conseguiam falar”.

“Foi uma operação difícil, tal que os graduados foram avisados que seriam louvados por isso, mas nenhum aceitou. Ou o louvor era para o pelotão inteiro ou ninguém recebia o louvor”. E assim foi.

Germano regressou a Portugal a 24 de Novembro de 1974. Nunca quis contar a sua história em detalhe, apesar de ter tido vários jornalistas a abordarem-no nesse sentido, mas assentiu fazê-lo, agora aos 70 anos e com o Folha Nacional porque, “infelizmente, não ensinam nada disto na escola, só contam mentiras. É uma pena que não ensinam aos nossos jovens o que outros jovens como eles fizeram pela Pátria quando ela precisou”.

Para este Antigo Combatente, que vê este passado como “glorioso”, a maior falácia que se conta sobre o 25 de Abril é o que motivou a Revolução. “Não foi nada pelo povo, foi por eles porque não aceitaram que os sargentos milicianos tivessem os mesmos direitos que os sargentos dos quadros. Dizem que foi pelo povo, para libertar o povo... são tretas. São tretas bonitas, mas são tretas!”, acusa. Quando, a 25 de Abril

de 1974, começaram a surgir em Moçambique as primeiras informações do golpe de Estado que estava a decorrer em Lisboa “ninguém levou a sério” e continuaram a levar a cabo as missões diárias.

“O meu pelotão foi três dias para o mato e quando regressámos disseram-nos que a guerra tinha acabado. Houve depois um dia em que o capitão nos reuniu e disse que íamos receber turras no nosso quartel e que não podíamos estar armados, tínhamos de entregar as armas – eram ordens do general. Muitos de nós dissemos que não entregávamos as armas e gerou-se ali uma confusão. Puseram-nos em formatura e o capitão disse que quem não estivesse de acordo que desse um passo em frente... deram todos”, recorda com orgulho.

“O cozinheiro aprendia a cozinhar, o condutor a conduzir, e o operacional a matar e a defender-se. São termos duros, mas é a verdade. Os operacionais são treinados para matar”

Depois de percorrerem 30 quilómetros para chegarem ao batalhão não lhes foi permitida a entrada porque estavam lá turras e os soldados estavam armados. Seguiram então para a base aérea onde foram “mui-

to bem recebidos” pelo sargento miliciano que lá se encontrava.

“O nosso castigo por desobedecer às ordens do general foi viajar até à Beira de berliet. Fizemos 840 quilómetros naquela viatura. Foi difícil, mas deu-nos um gozo enorme porque pelo caminho passámos por cerca de 10 pontos de ‘check out’ onde estavam turras. Eles queriam tirar-nos as armas, mas nós não deixámos e fomos os únicos a chegar à Beira com as armas”, recorda. O regresso à vida civil não foi pacífico. Germano conta que passou a ser muito “desconfiado”. “Não tinha razões para isso, estava tudo na minha cabeça... mas estava lá. E quando havia foguetes nas festas da aldeia, os primeiros minutos eram de muita tensão... pareciam tiros”, recorda.

“Estive mais de 20 anos sem falar da guerra. Só queria esquecer. Foi tão mau, tão mau. Na altura, não achei, mas aquilo ficou para a vida toda. Foi muito duro ver o que vi e sentir o que senti”, admite.

O Antigo Combatente é muito crítico da Liga dos Combatentes de quem diz que “não se pode confiar”. “São gente do sistema que nunca nos aceitou como soldados de Portugal, mas sim como reminiscências da ditadura, o que é redondamente falso”, aponta, criticando os capitães de Abril que “nunca estiveram ao nosso lado mas que ostentam as medalhas que os militares da época lhes deram”. “Como é que isto é possível?”, interroga, enquanto lamenta a forma como os Antigos Combatentes foram tratados ao longo dos anos pós-25 de Abril e ainda hoje o são e o Estatuto do Antigo Combatente, sublinha, é uma prova disso mesmo.



concelho de Barcelos (Braga). A mãe tinha uma mercearia e, segundo nos conta, o “regime” mandava colocar nos “cafés, mercearias e em outros locais visíveis imagens do conflito armado com pessoas esventradas e outros horrores da guerra”.

“Isto criava revolta nas pessoas e fazia-nos sentir o dever de combater contra quem fazia aquelas atrocidades”, explicou.

A viagem para Moçambique não foi difícil. O pior foram os primeiros dias. Quando Germano e a sua companhia (1ª CART 7221) chegaram a Tete, uma província moçambicana junto à fronteira com a Zâmbia e o Malawi, estava a começar o inverno e com ele a época de chuvas. Caminhar pela lama era cansativo e, somando-se ao cuidado que era preciso ter com as minas, tornava a caminhada ainda mais difícil.

“Nas colunas eram cuidados a redobrar. Tínhamos duas equipas de detetor de metais que iam à nossa frente com uma ‘piquinha’ – um ferro com espigão – que se enterrava na terra para detetar as minas. Nós tínhamos pavor das minas”, explica, admitindo que “nem sempre resultava e então davam-se as explosões que provocavam feridos e até mortos e, claro, desmoralizava-os”.

A primeira noite no mato era sempre difícil, além de que nem todos os operacionais tinham “assim tanto treino” para estar numa situação daquelas e custou especialmente a alguns soldados que “não estavam habituados e ainda estavam com a cabeça em Portugal”. Mas, sublinha o antigo sargento, na “tropa aprendeu-se tudo o que precisávamos”.

“É como em qualquer profissão. O cozinheiro aprendia a cozinhar, o condutor a conduzir e o operacional a matar e a defender-se. São termos duros, mas é a verdade. Os operacionais são treinados para matar”, refere.

conseguia dizer ‘está lá, está lá’. Eu fui o primeiro a chegar junto ao jipe. O furriel estava deitado de barriga para baixo e quando o vi... não tinha nada no abdómen... só restaram os ossos... não tinha interior”, recordou com tristeza.

Outro episódio que partilhou conosco foi o de quando o seu pelotão se perdeu no mato. “Na altura não havia telemóveis, fazíamos tudo com uma carta topográfica numa mão e uma bússola na outra”, frisa. O seu pelotão andou em círculos no mato, não conseguindo encontrar o caminho de retorno para o quartel e afastando-se substancialmente das suas coordenadas. Passaram vários dias e a comida e a água acabaram, bem como as ba-

Germano Miranda



“Os Antigos Combatentes merecem dignidade e um fim de vida desafogado em termos monetários, sem terem de pagar pela Saúde e com um reconhecimento total da Pátria que defendemos quando fomos chamados a defendê-la”, concluiu.

© DR



Imigração sem controlo Os alarmes começam a soar

As pressões migratórias que a Europa tem sofrido nesta última década, e que o Velho Continente, graças a governos fracos, não soube encarar de frente, fazem soar hoje vários alarmes.

Esses alarmes surgem um pouco por todo o continente, especialmente nos países nórdicos, que desde cedo se mostraram mais recetivos a este tipo de movimentos migratórios. As consequências desta receção desmesurada de migrantes e a sua fraca adaptação à cultura destes países, considerados dos mais ricos e evoluídos da Europa e do mundo, gerou a proliferação de guetos. Tudo graças às políticas 'pseudo-inclusivas' promovidas maiorita-

riamente por partidos de esquerda. A par desta realidade, a baixa natalidade, fenómeno vulgarmente conhecido como 'inverno demográfico', que se faz sentir em países como Dinamarca, Suécia e Noruega, acaba por alterar radicalmente a cultura destes países. As famílias tradicionais que aí residem têm, em média, um a dois filhos, enquanto esses migrantes têm quatro a cinco filhos, o que irá fazer com que rapidamente se verifique uma substituição da sua popu-

lação original.

Estas políticas que abrem as portas a todo o tipo de imigração, de forma indiscriminada, e que nos anos 2000 surgiam como ficção nas conspirações de Tom Clancy, são hoje uma dura realidade. Criaram fatores de risco por toda a Europa e ameaçam, muitas vezes, o nosso modo de vida. Vejamos o exemplo que nos chega de países europeus que acolhem mais imigrantes de origem muçulmana, como é o caso de França, Alemanha, Holanda ou Suécia, onde há bairros e comunidades a regerem-se pela lei islâmica mais extremista, conhecida como Sharia. Trata-se de grupos que não respeitam a nossa história, valores e cultura judaico-cristã, mas mais grave, querem impor o seu modus vivendi a todos nós.

Na Dinamarca, alguns adeptos do islão já se manifestam nas redes sociais e nas ruas, afirmando que o país vai ser deles, pois enquanto os dinamarqueses têm um filho, eles têm cinco ou seis.

A realidade portuguesa, embora distinta destes países, que têm

mais imigração proveniente de países muçulmanos, é preocupante no que diz respeito à flexibilização das leis de imigração. Há sete anos governado por socialistas, apoiados por partidos comunistas e 'trotsquistas', Portugal adotou uma verdadeira política de portas abertas.

Especialmente com a aprovação da lei da mobilidade, que vai permitir que cidadãos originais de países da CPLP possam entrar e instalarem-se em Portugal com toda a facilidade. A par desta legislação, temos acompanhado o que de pior tem sido feito por toda a Europa (com exceção da Hungria e Polónia), no sentido de facilitar a entrada de estrangeiros provenientes de África, Médio Oriente ou mesmo da Ásia.

E temos ainda a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, cuja missão é "assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos."

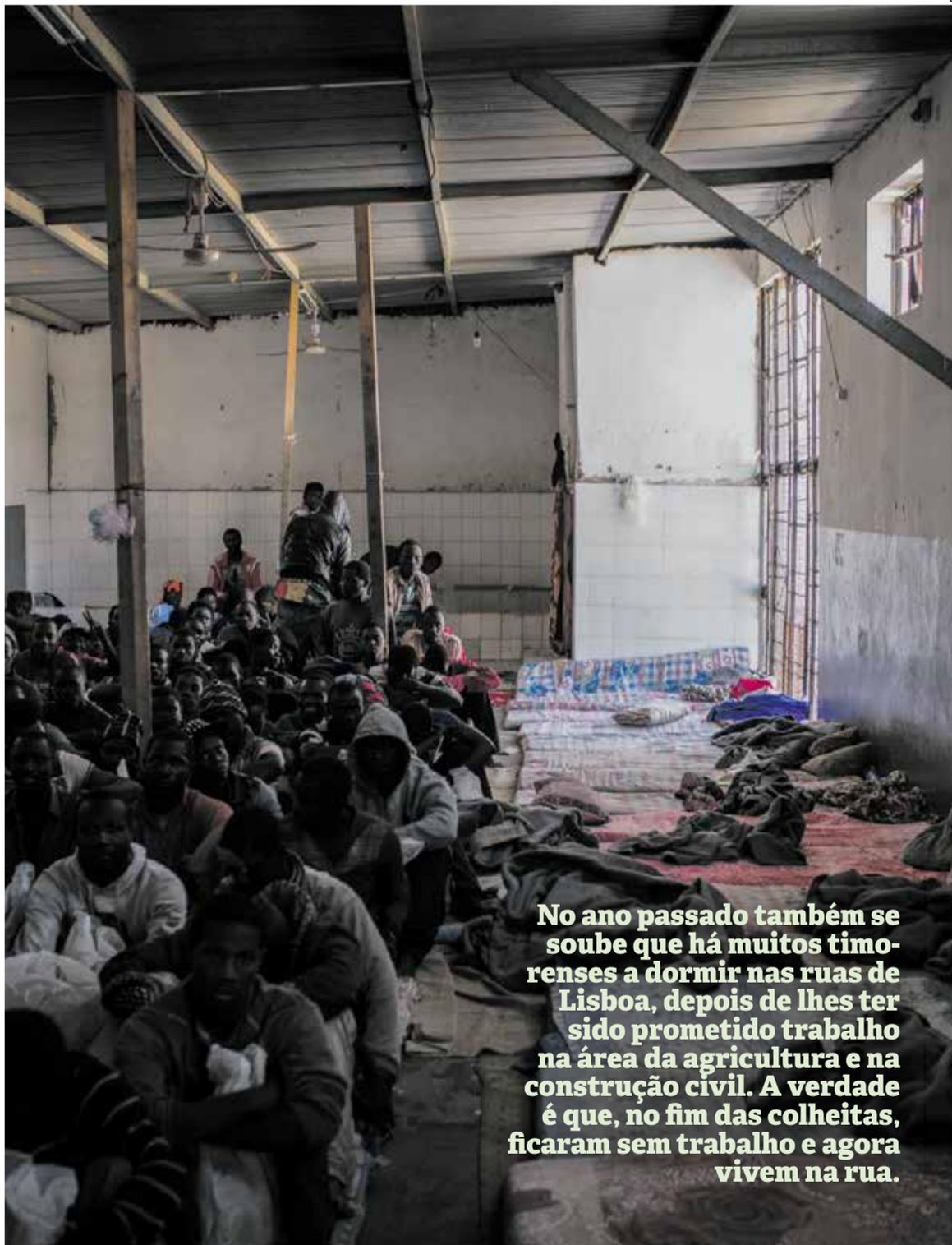
Portugal, um país pequeno com pouco mais de dez milhões de ha-

© MSF.org



Vários migrantes têm chegado ao Algarve através de embarcações vindos de Marrocos, naquela que já se julga ser uma rota de imigração ilegal. Os que são intercetados pela GNR ficam sob a tutela do Conselho Português para os Refugiados (CPR), mas vários têm fugido à medida que lhes é negado o pedido de asilo.

© MSF.org



No ano passado também se soube que há muitos timorenses a dormir nas ruas de Lisboa, depois de lhes ter sido prometido trabalho na área da agricultura e na construção civil. A verdade é que, no fim das colheitas, ficaram sem trabalho e agora vivem na rua.

bitantes, não tem capacidade para absorver todos os que com esta nova lei o podem procurar como destino. No ano passado fomos recordistas, a nível internacional, na atribuição de nacionalidade portuguesa, o que, a curto-médio prazo pode levar a desequilíbrios internos e grandes riscos para o nosso país. Fomos nós que, com a nossa expansão marítima, criámos o primeiro eixo da globalização, ligando o mundo à Europa, respeitando sempre os povos por onde passámos, enquanto comerciantes ou como potência ultramarina.

No entanto, estas vagas de migrantes que entram de forma descontrolada na Europa trazem pessoas que em nada se relacionam com a nossa cultura, não respeitam o nosso modo de vida e querem impor o deles à nossa sociedade.

Com estes novos riscos sociais, agravados com o desinvestimento e desautorização das nossas forças de segurança, estamos de forma irresponsável a hipotecar o futuro desta Nação milenar. Estamos a colocar em risco as nossas gentes, os nossos costumes, as nossas tradições, a nossa História e todos os nossos antepassados que verteram sangue, suor e lágrimas para que hoje fosse uma Nação independente.

Acresce ainda que, relativamente à legislação relativa à imigração de outros países da CPLP não existe reciprocidade. Ou seja, estes países não só não abrem as portas como nós abrimos, como ainda as fecham mais. Angola ou Moçambique, por exemplo, têm aprovado leis que reforçam as suas fronteiras, controlando (quase de forma policial, em alguns casos), a entrada de cidadãos estrangeiros, nomeadamente portugueses.

Angola chegou mesmo a suspender a lei da nacionalidade durante quase sete anos para bloquear a aquisição de nacionalidade angolana por mui-

tos portugueses, nascidos nesse país antes da sua independência, em 1975. Aconteceu o mesmo em Moçambique e na Guiné-Bissau.

E a nova lei da nacionalidade de Angola foi feita para bloquear a nacionalidade a uma larga maioria de portugueses. Em sentido oposto, o governo de Portugal facilita a aquisição de nacionalidade por parte de cidadãos de Angola e de outros países das antigas Províncias Ultramarinas, concedendo a mesma a todos os netos de portugueses.

A nossa postura, depois de 1975, tem sido a de facilitar a concessão de nacionalidade, de vistos de residência, vistos de trabalho ou vistos de estudante a cidadãos destes países. Em troca, os portugueses que vivem ou trabalham nesses países considerados 'irmãos' não têm a mesma reciprocidade e não existe, da parte dos sucessivos governos da nossa República uma tentativa de equilibrar a balança e defender os nossos cidadãos da diáspora.

Portugal tem que ter uma política diferente em relação às suas fronteiras, apostando no controlo e não em medidas meramente ideológicas, como a extinção do SEF, e trabalhar no sentido de que exista uma integração real de quem vem viver em Portugal, para não se criar o que existe em França e em outros países, que é a total guetização, e que só gera injustiças sociais, criminalidade e miséria.

Temos de ter, igualmente, mão pesada para os que procuram o nosso país para cometer crimes, inviabilizando-os de voltarem a entrar em território nacional. Devemos dar condições a quem nos procura para trabalhar, não para quem quer viver à conta dos subsídios que nos afogam a todos em impostos. E devemos também dar meios às nossas polícias para combater as redes de tráfico humano que se vão desenvolvendo e que ameaçam a Europa e o nosso país.

24 inquisição moderna

A Esquerda quer reescrever a história e impor uma sociedade sem valores

"A revolução é como Saturno, devora os seus próprios filhos". A expressão consta do ato I do livro A morte de Danton (1835), escrito pelo dramaturgo alemão Georg Büchner (1813-1837) e refere-se ao facto de os principais líderes que levaram a cabo a Revolução Francesa, em 1789, terem sido condenados e assassinados em nome dessa mesma revolução. Ora, serve esta expressão para ilustrar aquilo que está a acontecer com o movimento 'woke' e que incide de forma particular sobre a cultura e os costumes ocidentais. Este movimento diaboliza tudo e todos, nomeadamente através da aplicação de uma lente sobre a história, eivada de preconceitos neomarxistas que transformam acontecimentos que tiveram um contexto histórico em verdadeiras atrocidades.

O Folha Nacional falou com o Prof. Doutor Carlos Peres Dias, Doutorado em Psicanálise pela Universidade de Londres e em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa, que nos falou sobre as origens do 'wokismo'. Segundo o professor, "a palavra 'woke', que significa literalmente 'acordado', começou a ser utilizada fundamentalmente pelo que hoje se intitula 'black lives matter' (vidas negras contam) e desdobrou-se numa miríade de dinâmicas sociológicas que constituem o tristemente famigerado movimento 'woke'."

"O caldo cultural na génese deste consistiu em efetivas injustiças praticadas contra Rodney King e George Floyd (entre muitos outros infelizmente) que despoletaram violentas insurreições populares criando uma autêntica 'guerra civil', por exemplo aquando da primeira absolvição judicial de três dos quatro agentes de autoridade responsáveis pelo atroz espancamento de Rodney King em 1991 (vide 'distúrbios de Los Angeles de 1992')", refere Carlos Dias, e acrescenta que "a morte de George Floyd em 2020 não 'às mãos' mas 'ao joelho' de um outro agente de autoridade (condenado, em 2021, justamente a 22 anos e meio de pena privativa de liberdade) revestiu a 'cereja em cima do bolo' criada por volta de 2010 nos departamentos universitários de sociologia e direito da 'teoria crítica da raça'."

Ora, segundo o mesmo professor, "do ativismo da 'raça' passou-se num ápice para o ativismo do 'género' principalmente os direitos da comunidade 'trans' (transexuais). Aqui começa o Apocalipse..."

O professor não tem dúvidas em afirmar que os "quatro cavaleiros do Apocalipse 'woke' atual são: o pai 'black lives matter'; a mãe 'feminismo'; a filha 'movimento me too' e o filho 'comunidade LGBTQ+'. Os ambientalistas fanáticos da menina Greta e companhia estão

© DR

Cultura woke o cancelamento dos valores morais e sociais

Os quatro cavaleiros do Apocalipse são: o pai 'black lives matter', a mãe 'feminismo', a filha 'movimento Me Too' e o filho 'comunidade LGBTQ+'. O movimento 'Woke' nada mais é do que um novo comunismo com novas vítimas escolhidas como os mártires da civilização ab initio.



quase ao mesmo nível da família maravilha agora referida.”

“Nos dias de hoje, a esquerda reclama-se deste novo conceito de família como sendo o futuro da humanidade, ou seja, só evoluímos como seres humanos se os valores defendidos por esta ‘família’ nuclear substituírem a família dita tradicional. Só há um pequeno problema: ‘valores’ criados por engenharia social, grosso modo, nos últimos 20 anos não só são antagónicos a 2000 anos de civilização (não só ocidental), como também não existe qualquer evidência filosófica, científica e/ou jurídica que estes novos valores sejam valores, direitos humanos ou mesmo direitos fundamentais”, aponta.

E contrapõe que “a realidade dos factos indica exatamente o oposto. Nos países mais progressistas que o autor destas linhas cunhou como ‘peixes vermelhos em água benta’ (Canadá, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Austrália e Nova Zelândia) constatou-se um efetivo ‘marxismo cultural’ no qual as novas vítimas da história não são os ‘trabalhadores’ do velho comunismo, mas sim esta nova família (o pai black lives matter; a mãe ‘feminismo’; a filha ‘movimento me too’; o filho ‘comunidade LGBT+’).” Identifica de seguida que “estas

Como clínico de saúde mental, o autor destas linhas nunca viu “tantas perturbações mentais, tantas falsas orientações sexuais e tantas famílias disfuncionais tributárias da nova religião da Esquerda pela qual se tenta destruir tudo”

são as novas vítimas da história do novo comunismo. Para o professor Carlos Peres Dias, o movimento ‘woke’ nada mais é que um novo comunismo com novas vítimas escolhidas como os mártires da civilização ab initio.”

De acordo com o especialista, “os países mais progressistas ‘peixes vermelhos em água benta’ são ‘comunistas’ disfarçados de beatitude: um comunismo moral insidioso como um cancro. Usam a democracia contra a democracia. Não se assumem como comunistas politicamente (e efetivamente não o são), mas são comunistas moralmente: um ‘marxismo cultural’ a esteroides.”

Carlos Peres Dias sublinha também que “o problema é que estes países são considerados faróis de progresso e prosperidade e os ‘outros’ são ovelhas do rebanho que seguem estes pastores da nova moral beatificada com o epíteto de ‘progresso’.” E aponta que “quem não é progressista é ‘velho do Restelo’ cancelado na

sua fala e discurso, qual doente psiquiátrico desconstituído da sua razão a la Tchekhov (1892) na sua Enfermaria nº 6. A questão não é política, é moral e cultural: relativismo ético e cultural, dizem estes arautos da nova bondade do novo ‘comunismo’.”

O professor destaca ainda o ecossistema onde este tipo de ações são levadas a cabo, lembrando que “este cancelamento é mormente realizado nas redes sociais, as quais são a arma de arremesso número um do novo Politburo ‘woke’, respetivo ‘Comité Permanente’ e ‘Comissão Central de Inspeção Disciplinar’.” Sublinha que “é com ironia que utilizamos aqui a terminologia do Politburo chinês, porquanto no velho comunismo chinês este novo ‘comunismo’ moral do movimento ‘woke’ não existe e é percebido como uma doença da sociedade ocidental”.

De acordo com Carlos Peres Dias, o “cancelamento, verdadeira ‘Comissão Central de Inspeção Disciplinar’, é feito sempre que se discorde de qualquer dos fanatismos morais dos quatro membros do ‘Comité Permanente’ do Politburo ‘woke’ que é a sagrada família beatificada pelo progresso: pai ‘black lives matter’; mãe ‘feminismo’; filha ‘movimento me too’; filho ‘comunidade LGBT+’”.

“O ‘Comité Permanente’ do Politburo chinês é constituído por sete membros; o ‘Comité Permanente’ do Politburo ‘woke’ é constituído pelos quatro membros agora referidos, mas a menina Greta (e companhia analfambientalista) é plenamente elegível, tal como os ativistas do direito ao aborto, do direito à eutanásia, do direito ao multiculturalismo, e do direito ao uso de pronomes de género neutro... Muitos direitos, mas nenhuns deveres infelizmente”, frisa o professor universitário. Por fim, o especialista conclui dizendo que, como clínico de saúde mental, o autor destas linhas nunca viu “tantas perturbações mentais, tantas falsas ‘orientações sexuais’ e tantas famílias disfuncionais tributárias da ‘nova religião da esquerda’ pela qual se tenta destruir tudo o que essa besta do homem heterossexual branco colonizador construiu ao longo da história (e estória) humana”.

O problema, refere, é que “sem esta besta - a democracia, o estado de direito e o desenvolvimento médico, científico, e tecnológico - nunca teriam existido, ou seja, sem o homem heterossexual branco colonizador estávamos todos ainda a viver na selva sob a lei do mais forte, o que infelizmente parece ser o locus horrendus para que o Politburo ‘woke’ nos quer levar: uma ilha de Lesbos do século XXI onde tudo é permitido sob a lei da mais forte vítima”.



QUANDO OS 'WOKISTAS' TENTAM CALAR A SOCIEDADE

Para os adeptos da cultura 'woke', a liberdade de expressão só é lei para quem eles querem. Todos os que discordam dos 'wokistas' são condenados ao cancelamento e é-lhes proibido expressarem as suas opiniões.



Os últimos tempos têm sido profícuos em exemplos de vítimas do wokismo e da cultura de cancelamento.

Um dos mais recentes, e que diz respeito à comunidade portuguesa, foi o caso do fundador da Prozis, Miguel Milhão, que depois de se ter manifestado a favor da decisão do Supremo Tribunal dos EUA, que revogou a lei do aborto, viu muitas personalidades atacarem o seu nome e o nome da sua empresa.

O dono da marca líder na área do retalho da nutrição desportiva afirmou, no LinkedIn, que "parece que os bebés por nascer recuperaram os seus direitos nos EUA! A natureza está a recuperar!" Ora, esta sua tomada de posição gerou milhares de reações e levou a que vários embaixadores da marca anunciassem cancelar as suas parcerias, com influencers a declararem publicamente isso mesmo.

Entre as personalidades contam-se a apresentadora da RTP, Rita Belinha, e as atrizes Jéssica Athayde e Marta Melro que consideraram as declarações de Miguel Milhão como um atentado aos seus princípios, razão pela qual terminaram a sua relação à marca.

Na resposta, o fundador da Prozis deixou claro que, "isto não é a Coreia do Norte", explicando ainda que as "minhas ideias são as minhas ideias".

"A Prozis não tem ideias - é uma empresa que vive para produzir bens e serviços, que tem como objetivo produzir lucro", acrescentou, sem recuar naquela que tinha sido a sua posição que tanta polémica gerou.

"O que me é exigido pela multidão é que peça desculpa e mude de opinião. Querem controlar a minha mente. Não o permitirei", acusou, declarando ainda não ter medo de retaliações.

Outro caso bastante recente aconteceu durante uma peça de teatro, na qual havia um ator que representava um transexual. De repente, durante a exibição da peça, surgiu um transexual em protesto pelo facto de o ator que representava o transexual não ser... transexual.

Neste caso, a organização cedeu aos protestos e mudou o elenco, integrando uma atriz transexual. Escreveu o Teatro São Luiz, numa publicação na rede Facebook, que "no seguimento de vários atos de contestação pela representação de uma personagem trans por um ator cis e pela criação de condições de acesso e representatividade para pessoas trans, o Teatro do Vão decidiu alterar o elenco do espetáculo Tudo Sobre A Minha Mãe".

Embarquemos agora num exercício: se fosse um ator transexual a representar uma personagem não transexual e um não transexual se insurgisse durante a representação o que é que aconteceria? A resposta é simples: o não transexual seria acusado de homofobia e de não respeitar os

direitos das pessoas trans.

Esta questão vai para além da cultura do cancelamento, pois o ponto principal é exatamente este: às minorias tudo é permitido, às maiorias nada é possível. Se uma minoria se queixa e faz ouvir a sua voz chamam-lhe liberdade de expressão e luta pelos direitos das minorias; se uma maioria se queixa e faz ouvir a sua voz chamam-lhe preconceito. Fica claro, por isso, que na procura pela justiça, as minorias seguem o caminho da injustiça, fazendo das maiorias os 'bichos-papões' que, como gostam de apelidar, têm uma mentalidade retrógrada quando, na verdade, só defendem direitos iguais para todos, independentemente da condição social, sexual, cultural, entre outras. Mas vamos a outro exemplo desta injustiça camuflada de procura pela justiça.

Nos Estados Unidos, um imigrante palestino viu o seu negócio - uma padaria - perder clientes e acesso a linhas de crédito depois de terem sido tornadas públicas as opiniões da sua filha, que foram consideradas racistas e antisemitas. O trabalhador viu o seu peque-

de indemnizar por os primeiros homens terem caçado animais para poderem comer, para se poderem vestir e para poderem ter ferramentas ao seu dispor?

Destaque ainda para o facto de a Disney, que está a preparar um remake do clássico de 1937, 'A Branca de Neve e os Sete Anões', ter cedido às críticas do ator Peter Dinklage, conhecido pela sua participação na aclamada série 'A Guerra dos Tronos'. Para o ator, que interpretou a personagem Tyrion Lannister e que tem uma forma de nanismo denominada como acondroplasia, a Disney "está a fazer aquela porcaria de história anacrónica de sete anões a viverem numa caverna", acusando a produção de "preconceito" para com os portadores de nanismo, o que levou a Disney a emitir um comunicado dizendo que "para evitar o reforço de estereótipos do filme de animação original, estamos a adotar uma abordagem diferente com essas sete personagens e a receber aconselhamento de membros da comunidade de nanismo".

O wokismo é um movimento que existe com maior força nos Esta-

"O problema é que estes pais são considerados faróis de progresso e prosperidade e os 'outros' são ovelhas do rebanho que seguem estes pastores da nova moral beatificada com o epíteto de 'progresso'"

- Carlos Peres Dias

no negócio sofrer um duro revés porque a sua filha (quando era adolescente, agora é adulta) fez publicações nas redes sociais que foram descritas como racistas, desenvolvendo-se, também neste caso, um movimento de cancelamento em relação ao imigrante.

Quem também foi alvo do movimento woke foi o ator britânico que desempenha o papel de Sherlock Holmes na série 'Sherlock' da BBC, e de Doutor Estranho, no universo Marvel, Benedict Cumberbatch.

A história consiste no facto de a família do ator ter tido, ao que parece, plantações de algodão e açúcar onde trabalhavam mais de 250 escravos nos séculos XVIII e XIX. Perante isto, o governo dos Barbados decidiu pedir uma indemnização a todos os familiares de proprietários de escravos, entre os quais se inclui Cumberbatch. David Denny, secretário-geral do Movimento das Caraíbas pela Paz e Integração, referiu que "todos os descendentes de proprietários de plantações brancas que beneficiaram do tráfico de escravos devem pagar indemnizações, incluindo a família Cumberbatch".

Fica a questão: a quem teremos

dos Unidos onde, inclusivamente, personalidades bem conhecidas, como a autora da saga 'Harry Potter', J.K. Rowling, escreveram uma carta aberta na qual defendiam a "livre troca de informações e ideias", por ser esta a "força vital de uma sociedade liberal".

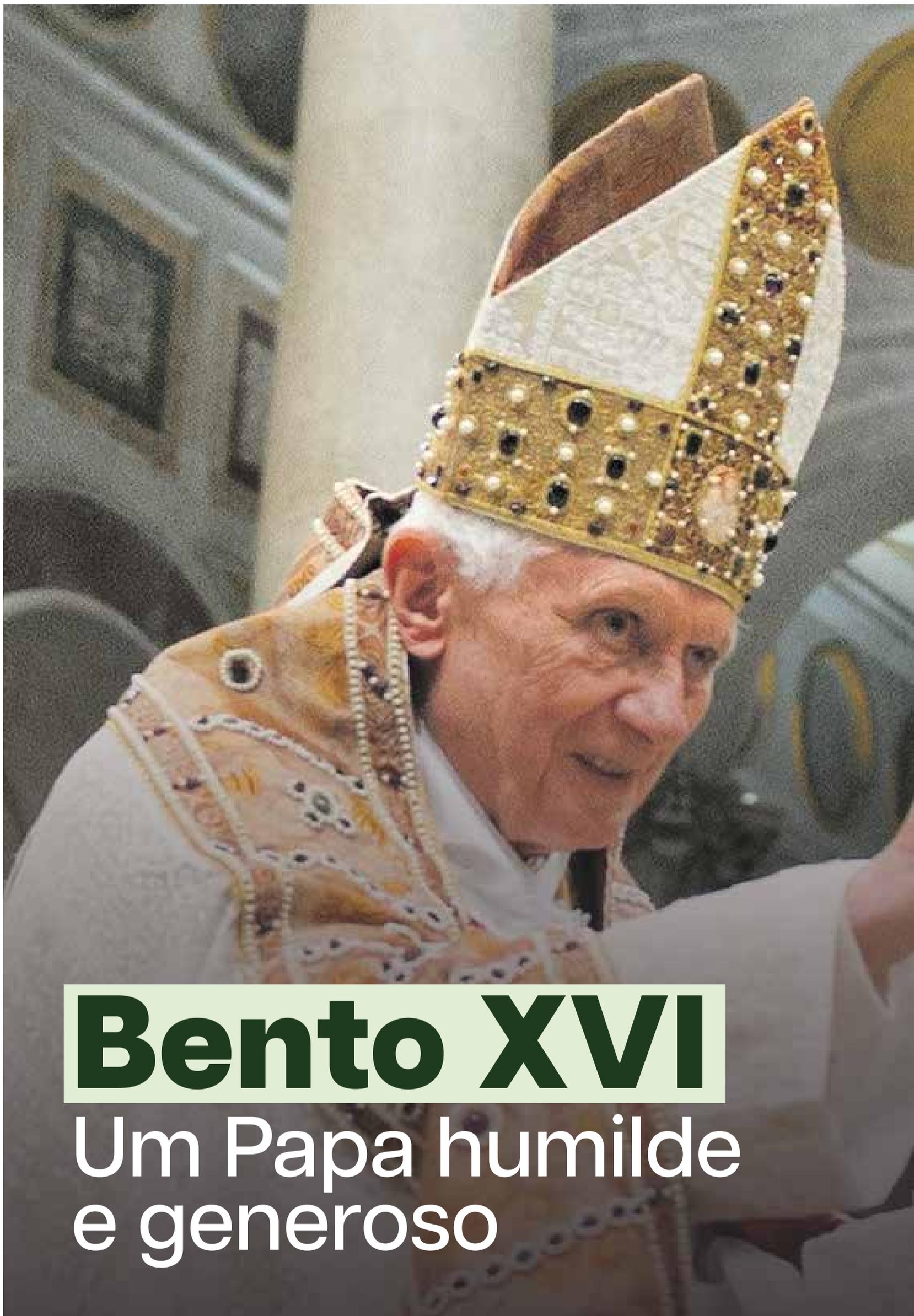
Os subscritores da carta, entre os quais se encontram o escritor Andrew Solomon, a ativista feminista Gloria Steinem e a economista trans Deirdre McCloskey, entre outros, admitem que esperavam "ver a censura partir da direita radical", mas confessam que esta cultura de censura e cancelamento está também a fazer-se notar naquilo a que chamam "a nossa cultura" com a propagação de "uma intolerância a visões opostas, um apelo à vergonha pública e ao ostracismo e uma tendência de dissolver questões políticas complexas com uma certeza moral ofuscante".

Estes são apenas alguns exemplos da loucura a que leva o wokismo e como ele pode abrir uma verdadeira 'caixa de pandora' nas nossas sociedades, colocando pessoas contra pessoas.

28 O papa emérito

Bento XVI é considerado um dos **maiores teólogos recentes da Igreja**

© Vatican News



Bento XVI

Um Papa humilde
e generoso

por **Folha Nacional**



Joseph Aloisius Ratzinger nasceu a 16 de Abril de 1927 numa pequena vila da Baviera durante a República de Weimar e assistiu, com apenas cinco anos, à ascensão de Adolf Hitler. Foi obrigado, pelo regime nazi, a inscrever-se na Juventude Hitleriana enquanto frequentava o seminário, mas, como o próprio referiu em entrevista ao jornalista Peter Sewald, no livro 'O Sal da Terra', teve um professor de Matemática que o ajudou a deixar de frequentar essa instituição obrigatória para jovens. Com 16 anos cumpriu o serviço militar obrigatório no Exército Alemão, numa divisão da Wehrmacht, na bateria de artilharia de defesa antiaérea, mas nunca participou como soldado beligerante. Ratzinger, juntamente com outros camaradas de armas, tinha permissão para assistir às aulas no Colégio Maximiliano de Munique. Filho de um comissário da polícia e de uma cozinheira, Joseph Ratzinger entrou para o seminário católico com o irmão Georg Ratzinger e em 29 de Junho de 1951 foram ambos ordenados sacerdotes em Munique. Dedicou boa parte da sua vida ao ensino e à teologia, tendo sido nomeado Arcebispo de Muni-

Bento XVI serviu a Igreja com espírito de missão e humildade, deixando uma vasta obra e uma marca profunda no mundo católico, através da doutrina teológica. Falava alemão, italiano, francês, latim e castelhano

que em Março de 1977 pelo Papa Paulo VI e elevado a Cardeal em 27 de Junho de 1977.

Em 1981, Ratzinger foi apontado como perfeito da Congregação para a Doutrina da Fé pelo Papa João Paulo II, cargo que manteve até à morte deste seu velho amigo, que acabaria por substituir no Cátedra de São Pedro. Pelo merecido reconhecimento que sempre teve enquanto teólogo, foi, por 10 vezes, Doutor Honoris Causa, entre os anos de 1984 e 2015.

Bento XVI serviu a Igreja com espírito de missão e humildade, deixando uma vasta obra e uma marca profunda no mundo católico, através de doutrina teológica. Homem culto, falava alemão, italiano, francês, latim, inglês, castelhano e possuía conhecimentos de português, lendo inclusive em grego antigo e hebraico.

A sua obra teológica deixa-nos uma verdadeira mensagem de humildade e de serviço à imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo considerado um dos maiores teólogos recentes da Igreja.

Este Homem Bom teve a humildade de renunciar, justificando na sua declaração de renúncia que as suas for-

ças, devido à idade avançada, e a sua saúde, já não lhe permitiam exercer de forma adequada o pontificado.

Eleito Papa no Conclave a 19 de Abril de 2005, tomou posse no dia 24 de abril do mesmo ano e sucedeu a São João Paulo II na Cadeira de S. Pedro, tornando-se o 265º Papa Católico.

Após a sua eleição, apresentou-se na Praça de São Pedro como um “simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor” e escolheu como lema do seu papado um significativo cooperatores veritatis (Cooperadores da Verdade).

Em 2010, o Santo Padre visitou Portugal, num convite conjunto do Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, Do Bispo de Leiria – Fátima, Dom António Marto, e da Conferência Episcopal Portuguesa, chegando a Lisboa a 11 de Maio, onde celebrou Missa no Terreiro do Paço.

No dia seguinte rumou ao Santuário de Fátima onde presidiu às Celebrações comemorativas das Aparições de Nossa Senhora de Fátima aos Três Pastorinhos.

Depois, em fevereiro de 2013, durante um Consistório convocado para a realização de três canonizações, afirmando-se sem forças para continuar a exercer adequadamente o Ministério Petrino, anunciou a sua renúncia, com efeitos a partir das 20 horas do dia seguinte, permanecendo na condição de emérito até à sua morte, no passado dia 31 de Dezembro de 2022, aos 95 anos.

Durante o seu Pontificado assinou três Encíclicas da mais elevada importância: 'Deus caritas est', 'Spe salvi' e 'Caritas in Veritate' e presidiu a três Jornadas Mundiais da Juventude.

“A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. O amor – ‘caritas’ – é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz”, são as palavras com que inicia a sua última Encíclica, 'Caritas in Veritate'.

Bento XVI definiu a caridade como “a via mestra da doutrina social da Igreja”, considerando que “para a Igreja – instruída pelo Evangelho – a caridade é tudo” porque, como ensina São João (cf. 1Jo 4, 8.16) e como Bento XVI recordou na sua última carta Encíclica, “da caridade de Deus tudo provém, por ela tudo toma forma, para ele tudo tende”.

O Pontificado de Bento XVI ficou também marcado pelo combate ao relativismo e ao secularismo do mundo ocidental e pela defesa das questões bioéticas. Combateu o aborto, a eutanásia e a cultura do descarte na família, não se cansando de alertar para as questões ecológicas e crises financeiras mundiais. Foi uma personagem de extraordinária grandeza espiritual e capacidade de amor ao próximo, que resultou num indiscutível contributo para todo o ser humano.

Um Papa de coração bondoso e doçura no pensamento

O Folha Nacional quis ouvir a opinião de um Padre e um leigo sobre o pontificado de Bento XVI, nomeadamente sobre o que mais marcou o seu ministério Petrino e qual o seu principal legado, mas também um olhar sobre a sua resignação.

Na opinião do Padre João Silveira, “o que mais marcou o pontificado de Bento XVI foi um documento, dado em forma de motu proprio, chamado ‘Summorum Pontificum’”, recordando que no “Advento de 1969, o Papa Paulo VI promulgou um novo missal. O missal anterior tinha sido ‘canonizado’ pelo Papa Pio V com a bula ‘Quo primum tempore’, depois do Concílio de Trento. No entanto, o rito não foi inventado por Pio V nem pelo Concílio de Trento, era apenas o rito celebrado em Roma desde tempos imemoriais. Foi também essa a Missa usada pelos missionários para evangelizarem o novo mundo (Américas) e também as terras longínquas de Ásia e África.”

“Sem a guerra que lhe foi montada, talvez Bento XVI nunca tivesse renunciado. ‘Rezai para que eu não fuja diante dos lobos’, disse o Papa na sua primeira homilia”

Paulo VI, contou, “não abrogou o missal anterior, talvez por saber que não o poderia fazer, mas a Santa Sé, juntamente com muitos Bispos, fez pressões e perseguições enormes a quem ousava continuar a rezar a Missa como até aí tinha feito, a Missa dos seus antepassados”. “Houve casos dramáticos, alguns deles documentados oficialmente, mas muitos deles que nunca terão a honra de ser tornados públicos. Abriu-se, pela primeira vez, uma guerra litúrgica à escala global. Uma ferida que prejudicou a Igreja durante décadas”, recordou. Assim, contou, “Bento XVI manifestou-se, desde 1970, veementemente contra a perseguição dentro da Igreja aos que queriam continuar a ter a Missa Tradicional. Tendo

sido eleito em Abril de 2005, publicou dois anos depois o motu proprio Summorum Pontificum com a consciência que iria criar muita polémica (especialmente por parte dos clérigos que odeiam o Rito Tradicional) mas, ao mesmo tempo, com a consciência que tinha de fazer o possível para curar esta ferida e corrigir esta grave injustiça e acabar com a guerra fratricida”.

Porém, lamentou o Padre João Silveira, “o seu documento, que deu alguma liberdade à celebração da ‘Missa em latim’ (como por vezes é conhecida), não foi acatado pela maioria dos Bispos, que lhe desobedeceram de modo flagrante”. Ainda assim, “certamente com o auxílio do Espírito Santo, houve uma explosão no número de Missas Antigas e muita gente ficou a conhecer, e a amar, este tesouro inexorável da Igreja Católica.”



• 1977

Elevado a Cardeal

Joseph Ratzinger foi nomeado Arcebispo de Munique e Freising por Sua Santidade o Papa Paulo VI, Arcebispo de Munique, e no Consistório de 27 de Junho desse mesmo ano é promovido à dignidade cardinalícia.

Relativamente à resignação do Papa Bento XVI, o sacerdote refere que “a renúncia pode ser justificada pela personalidade do Papa Bento e também pelas circunstâncias”. “João Paulo II foi o primeiro ‘Papa pop-star’. O seu pontificado aconte-

• 2005

Eleito Papa

É eleito Papa no Conclave, a 19 de Abril desse ano, e torna-se o 265º Papa Católico, sucedendo a São João Paulo II na Cadeira de S. Pedro. Após a sua eleição, apresenta-se na Praça de São Pedro como um “simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor” e escolhe como lema do seu papado um significativo Cooperatores veritatis (Cooperadores da Verdade).

• 1981

Nomeado Presidente da Congregação para a Doutrina da Fé

O então Cardeal Ratzinger é nomeado como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé por Sua Santidade o Papa São João Paulo II, exercendo com zelo e espírito de serviço este cargo durante 23 anos.



ceu durante a explosão do fenómeno televisivo, da universalidade da imagem. Durante séculos e séculos a esmagadora maioria dos católicos nunca tinha visto o Papa, nem ouvido a sua voz. De repente, o Papa estava nas notícias frequentemente e em eventos gigantescos”, referiu, explicando que “ainda para mais, João Paulo II tinha sido ator e tinha um jeito natural para lidar com as multidões. Por outro lado, frisou, “Bento XVI era o seu contrário: professor, homem dos livros, do recolhimento. Recebeu uma pesada herança do Papa João Paulo II, mas ainda assim conseguiu superar-se, certamente com muito esforço pessoal, e também ajuda do Céu, e surpre-

endeu. No entanto, fazer durante muito tempo um papel que não é o seu, especialmente a partir dos 80 anos, foi muito cansativo. Para mais, se havia alguém que não queria ser Papa era ele!”

O Padre João Silveira considerou ainda que o pontificado de Bento XVI foi “atacado e boicotado desde o primeiro até ao último dia pela comunicação social, que o odiava, recorrendo aos golpes mais baixos, sem qualquer peso na consciência”, mas também por “Cardeais, Bispos e Sacerdotes que o consideravam um ‘conservador’ enquanto a Igreja precisava – diziam – de se atualizar com os tempos, permitir o aborto, homossexualidade, contraceção,

etc. Isso ele não iria fazer. Não o fez como Cardeal, Prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, muito menos o iria fazer como Papa”.

E estes ataques ao seu pontificado, sublinha o sacerdote, eram, “tanto mais injustos quanto o seu coração era bondoso, o que não lhe permitia responder na mesma letra”.

A dada altura, referiu o sacerdote, “Bento XVI percebeu que não era obedecido e que não tinha as forças suficientes naquele momento, e talvez nem sequer a personalidade, para que isso acontecesse. A porta de saída pareceu-lhe a solução justa para que viesse alguém mais novo, com mais forças e talvez outro temperamento para se impor”.

O padre João Silveira acredita que “sem a guerra que lhe foi montada, talvez Bento XVI nunca tivesse renunciado. Basta que nos lembremos da homilia na sua primeira Missa como Papa: “Rezai para que eu não fuja diante dos lobos.””

Quanto ao principal legado do Papa, o sacerdote afirma que “é a continuidade. A Igreja que faz o seu caminho sem ruturas, sem revoluções, sempre fiel aos seus princípios. Como escreveu na carta aos Bispos que acompanhava o Summorum Pontificum: “Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, permanece sagrado e grande também para nós, e não pode ser de improviso totalmente proibido ou mesmo prejudicial. Faz-nos bem a todos conservar as riquezas que foram crescendo na fé e na oração da Igreja, dando-lhes o justo lugar.”

Esta ideia, explicou, é “diametralmente oposta aos que, mesmo dentro da Igreja, nos tentam convencer que todo o passado da Igreja é uma série de erros e pecados sem desculpa possível e que a Igreja tem de negar tudo o que foi para que se possa adaptar aos ‘novos tempos”.

“Bento XVI sabia muito bem que novos tempos sempre houve e que a Igreja se tinha mantido fiel ao Evangelho em todos eles, ainda que nenhum dos membros da sua hierarquia tivesse sido impecável”, defendeu o padre.

“Esta ideia de que podemos – e devemos – fazer o que fizeram sucessivas gerações de católicos antes de nós foi, de algum modo, uma lufada de ar fresco num mundo em mudança constante, em que a verdade muda com o tempo e os que vieram antes de nós são descartados por serem considerados inúteis e um estorvo ao ‘avanço da Humanidade”.

considerou o sacerdote, defendendo que “o Papa Bento estava

convencido – com razão – que a sociedade que olha para o passado com desdém, tentando fazer tudo de novo, não terá um grande futuro. Ainda mais numa sociedade cuja essência passa pela tradição, como é o caso da Igreja Católica. Isto levou a muitas conversões e a que muitos fiéis levassem mais a fé católica para a sua vida. Surgiu uma nova geração que não tem medo de ser católica.”

O Folha Nacional falou também com Luís Russo Pistola, católico, licenciado em Filosofia e um observador atento do Pontificado de Bento XVI, sobre os anos em que liderou os destinos da Igreja.

Na sua opinião, o Pontificado de Bento XVI ficou marcado pela “riqueza doutrinal do seu magistério,

O pontificado de Bento XVI foi atacado e boicotado desde o primeiro dia até ao último dia pela comunicação social, que o odiava e recorria a golpes baixos

aquilo a que chamo a doçura do seu pensamento, sempre em permanente diálogo com a tradição, procurando tornar simples o complexo, procurando explicar e dar a pensar (e a amar) a rica tradição teológica da Igreja, e mostrando como a Verdade é intemporal e imutável”.

Relativamente à resignação do Papa Bento, Luís Russo Pistola refere que “só a compreendi verdadeiramente na sua morte, recordando-me das reflexões que redigiu para a última Via Sacra do Pontificado de João Paulo II, sublinhando a necessidade da morte do grão de trigo para que dê fruto (e fazendo o paralelismo com Cristo)”.

“Retirando-se do mundo e encerrando-se em reclusão monástica”, continuou, “chamou-nos a atenção para a importância do silêncio orante e contemplativo para a Igreja, aliás, mais do que importância, a sua necessidade fundamental para a vivência da Fé – sem silêncio e contemplação não há imitação de Cristo, não há oração, logo não há católicos.”

Quanto ao principal legado do pontificado de Bento XVI, Luís Russo Pistola afirma que “tendo sido relativamente curto, foi um pontificado riquíssimo em diversos aspetos”.

“Em primeiro lugar, saliento o diálogo entre Fé e Razão e o sublinhar da sua profunda ligação, na linha de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino (entre muitos outros). Em segundo, saliento o diálogo com a tradição e a perspectiva unitária e antirrevolucionária da vida da Igreja, contrariando os abusos cometidos após o Concílio do Vaticano II e contra a letra do próprio Concílio: o seu pontificado foi o da paz na Igreja. Em terceiro, sublinho o esforço que fez de trazer à Igreja protestantes e ortodoxos estabelecendo um diálogo franco e frutuoso que aproximou e ajudou a superar mitos e divisões”, terminou.

• 2010

Visita a Lisboa e a Fátima

Bento XVI visita Portugal, num convite conjunto do Presidente da República Prof. Aníbal Cavaco Silva, Do Bispo de Leiria – Fátima Dom António Marto e da Conferência Episcopal Portuguesa, chegando a Lisboa a 11 de Maio, onde celebrou Missa no Terreiro do Paço. No dia seguinte rumou ao Santuário de Fátima onde presidiu às Celebrações comemorativas das Aparições de Nossa Senhora de Fátima aos Três Pastorinhos.



• 2013

Renúncia ao Pontificado

No dia 11 de Fevereiro de 2013, durante um Consistório convocado para a realização de três canonizações, afirmando-se sem forças para continuar a exercer adequadamente o Ministério Petrino, que em muito se deveu às pressões que pairavam sobre a Igreja, anunciou a sua renúncia, com efeitos a partir das 20 horas do dia 28 seguinte, permanecendo na condição de emérito até à sua morte.



• 2022

O Papa Emérito morre aos 95 anos de idade

No último dia do ano, o mundo recebe a notícia pelo gabinete de imprensa da Santa Sé: “Lamentamos informar que o Papa Emérito, Bento XVI, morreu hoje às 9h34 no Mosteiro Mater Ecclesiae, no Vaticano”.



Grande Destaque



CHEGA atinge o melhor resultado de sempre

A mais recente sondagem liderada por André Ventura, colocando-o destacado na terceira posição com 14,2% das intenções de voto. Em primeiro lugar está o PSD com 30,6%. PSD e CHEGA juntos já somam 44,8% das intenções de voto, muito próximo de uma maioria de direita no Parlamento.

O CHEGA quer ouvir em Comissão Parlamentar o Presidente da Câmara de Lisboa e o Coordenador do projeto da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) sobre as despesas deste evento, nomeadamente do altar onde será

celebrada Missa pelo Papa Francisco, orçamentado em 4,2 milhões de euros. Recorde-se que o CHEGA votou contra a proposta do OE2023 para flexibilizar ajustes diretos nas JMJ, ao contrário de PS, PSD e Iniciativa Liberal.

CHEGA foi o único contra ajustes diretos

O CHEGA quer ouvir em Comissão Parlamentar o Presidente da Câmara de Lisboa e o Coordenador do projeto da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) sobre as despesas deste evento, nomeadamente do altar onde será



Constitucional volta a chumbar eutanásia

O Tribunal Constitucional voltou a chumbar a lei da eutanásia, na sequência do pedido de fiscalização preventiva pelo Presidente da República. O CHEGA foi o único partido a avisar que esta lei seria inconstitucional, pois do ponto de vista jurídico tinha muitas fragilidades. Na senda de mais um chumbo do TC, o CHEGA voltou a reiterar que este processo só se resolve com a participação direta dos cidadãos portugueses, ou seja, com a realização de um referendo.



Portugal não combate a corrupção

Saíram os dados do Índice de Perceção da Corrupção para 2022 em Portugal e os mesmos revelam que o combate à corrupção é frágil, não tem registado avanços e continua na mesma há dez anos. Segundo o relatório, que foi publicado no passado dia 31 de janeiro, a aplicação de medidas anticorrupção no país é "fraca" e "lenta". Portugal mantém a pontuação de 2021 e continua abaixo da média da sua região, mas desce um lugar da 32.ª para a 33.ª posição.



Costa diz que o Governo "pôs-se a jeito"

António Costa deu uma entrevista à RTP, a propósito de um ano de maioria absoluta, na qual reconheceu que alguma coisa correram mal, mas não esclareceu os casos a envolver os vários membros do Governo e aparentou viver no "país das maravilhas", apesar do visível incómodo que sentiu quando foi questionado sobre Fernando Medina e as buscas na câmara de Lisboa. Ficámos sem saber se Medina será demitido ou não caso seja constituído arguido!

Cartoon "Desgovernados"



Folha Nacional

O SEU JORNAL
TAMBÉM ONLINE

LEIA ONLINE EM

www.folhanacional.pt



Folha Nacional

DIRETOR: NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA: PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR: RICARDO DIAS PINTO EDITOR: BERNARDO PESSANHA EMAIL: GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE: (SEDE DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 1244 MORADA DA REDAÇÃO: (SEDE DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL: FOLHANACIONAL.PT

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSE DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDADORES DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTA NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.



5 607727 197584

ISSN 2975-819X